



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - MAUS-TRATOS DE ANIMAIS			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 2633/15	DATA: 03/12/2015	
LOCAL: Plenário 10 das Comissões	INÍCIO: 10h11min	TÉRMINO: 12h40min	PÁGINAS: 58

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

REGES RAMOS - Inspetor da Polícia Rodoviária Federal.

SUMÁRIO

Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de vídeo.
Houve intervenção ininteligível.
Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.
Houve exibição de imagens.
Há oradores não identificados em breves intervenções.
Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Declaro aberta a 30ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar os fatos determinados como maus-tratos de animais.

Nós recebemos o Ofício nº 812, do Gabinete da Liderança do PT, nomeando como Vice-Líder o Deputado Nilto Tatto, do PT de São Paulo, em substituição ao Deputado Luiz Sérgio, do PT do Rio de Janeiro.

Informo que se encontram à disposição dos Srs. Parlamentares cópias da ata da 29ª Reunião, realizada em 26 de novembro de 2015.

Indago se há necessidade da leitura da ata. *(Pausa.)*

Deputado Goulart, há necessidade da leitura da ata?

O SR. DEPUTADO GOULART - Peço a dispensa da leitura, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Dispensada a leitura, por solicitação do Deputado Goulart.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, coloco a ata em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a ata.

Comunico aos Deputados o recebimento dos seguintes expedientes: do Deputado Aureo, que justifica sua ausência na reunião do dia 24 de novembro; do Comando-Geral da Polícia Militar da Bahia, que solicita cópia do depoimento prestado pelo Tenente Wilson Pedro dos Santos Júnior a esta CPI, na audiência de 17 de novembro de 2015, para subsidiar o processo administrativo disciplinar que foi instaurado naquela instituição para apurar os mesmos fatos; do Prefeito de São Paulo, Sr. Fernando Haddad, justificando a impossibilidade de comparecimento a esta reunião, alegando compromissos inadiáveis com o Poder Legislativo Municipal e indicando os nomes de dois servidores daquela Prefeitura para prestar esclarecimentos a esta CPI, José Rubens Domingos Filho, Secretário Adjunto da Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras, e a Sra. Rosane Correia de Oliveira, Gerente do Centro de Controle de Zoonoses da Prefeitura de São Paulo.



Informo aos Srs. Deputados que o Deputado Fernando Francischini, do Solidariedade do Paraná, foi indicado membro suplente desta Comissão a partir do dia 1º de dezembro.

Comunico aos Srs. Deputados que foi aprovado na reunião da Câmara dos Deputados realizada ontem, dia 2 de dezembro, o Requerimento nº 3.421, de 2015, desta Comissão, que solicitava a prorrogação no prazo de funcionamento da CPI. Assim, o prazo de funcionamento da CPI terminará no dia 24 de dezembro, quinta-feira.

Comunico ainda que os destaques apresentados para a votação do relatório final serão reendereçoados, não havendo necessidade de reapresentação.

A presente reunião foi convocada para deliberação de requerimento e tomada de depoimentos do Sr. Fernando Haddad, Prefeito do Município de São Paulo, e do Sr. Reges Ramos, Inspetor da Polícia Rodoviária Federal.

Conforme anunciado no expediente, o Sr. Fernando Haddad não comparecerá a esta reunião. Assim, convido para tomar assento à Mesa o Sr. Reges Ramos.

Sr. Reges, advirto que V.Sa. será ouvido na qualidade de investigado, tendo em vista o teor do requerimento aprovado, sendo-lhe garantidos os seus direitos constitucionais, entre os quais o exercício da prerrogativa constitucional contra a autoincriminação; o direito de ser assistido por advogado ou, em falta deste, de ser-lhe nomeado defensor *ad hoc* e de com este comunicar-se, pessoal e reservadamente, durante o curso do depoimento; e o direito de ver respeitadas, sempre em seu próprio benefício, as prerrogativas profissionais previstas no art. 7º da Lei nº 8.906, de 1994.

Advirto o depoente que a sua colaboração para a elucidação dos fatos certamente terá efeito nas conclusões desta CPI, e que a versão apresentada nesta assentada poderá atrair para V.Sa. outros benefícios que a lei lhe garante.

O senhor está sem advogado?

O SR. REGES RAMOS - Sim, mas não precisa, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Não precisa? Quer ficar sem? Não quer que se nomeie um?



Antes de passar a palavra por 20 minutos ao Sr. Reges Ramos, nós vamos colocar o vídeo da denúncia para a convocação dele à CPI.

(Exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra por até 20 minutos o Sr. Reges Ramos.

Já deixe registrado esse seu pedido no microfone.

O SR. REGES RAMOS - Bom dia, senhoras. Bom dia, senhores. Nobres Deputados, em nome da Polícia Rodoviária, quero cumprimentar todos. Na realidade, esse vídeo mostra parte da ocorrência, ele não condiz com os fatos. Antes de fazer o disparo, eu fiz a imagem do animal ainda vivo. Eu sou técnico na área. Antes de ser policial, eu sou técnico em agropecuária, tenho conhecimento na área. Esse animal precisava ser submetido a uma cirurgia de grande porte, e a nossa lei vigente diz que ao animal em estado de sofrimento — inclusive, a lei de maus-tratos — ou você dá uma morte rápida ou você dá o tratamento adequado. Nesse caso, infelizmente, a imprensa já foi condenada por esse vídeo, porque mostrou parte da matéria. É uma matéria tendenciosa, e não foi correto. Esse processo já foi alvo de apuração na Polícia Federal e no Ministério Público Federal. Ao final, eu quero a oportunidade de mostrar as imagens do animal ainda vivo, quando eu procedi à avaliação do mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - O senhor quer falar mais alguma coisa?

O SR. REGES RAMOS - Não. Depois das perguntas, a gente vai expondo caso a caso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Achou as fotos que ele pediu para achar no... *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Tem a palavra o Deputado Nilto Tatto.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Temos um vídeo, e o Reges está falando aí que há só um pedaço do vídeo. Não dá para entender o caso. Vai haver uma explanação para podermos entendê-lo?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu vou ler o requerimento aqui.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - O policial é o Reges, que está lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - O policial é o Sr. Reges. Vou lhe dar os detalhes direitinho por meio do requerimento.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Seria bom perguntar a ele, para dizer por que chegou lá...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Isso.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Senão, fica difícil entendermos só pelo fato de que está matando o cavalo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Isso. Vou ler o requerimento:

“Requeiro a V.Exa., nos termos do art. 58 da Constituição Federal, a convocação do Inspetor-Geral da Polícia Rodoviária Federal do Estado de Rondônia, para esclarecer os fatos sobre a morte do cavalo na BR próxima à Usina Hidrelétrica de Santo Antônio, no Estado de Rondônia.

A convocação se faz necessária no sentido em que o animal foi alvejado na BR próxima à Usina Hidrelétrica de Santo Antônio, conforme vídeo veiculado nas redes sociais.”

Esse caso, na verdade, teve uma repercussão muito grande nas redes sociais. Chegaram diversas denúncias aqui no *e-mail* da CPI, e o Deputado Laudívio, atendendo à demanda, fez a convocação para nós entendermos o caso.

Não é isso, Deputado Laudívio? Quer falar como autor do requerimento?

O SR. DEPUTADO LAUDÍVIO CARVALHO - Sr. Presidente, meu nobre colega Deputado Tatto e demais presentes aqui, as imagens nos chocaram, as imagens que foram divulgadas pelas redes sociais. E nós, como sempre nesta Casa procuramos fazer, não trabalhamos com prejulgamentos. Nós trabalhamos com fatos. E, por essa razão, eu submeti a esta Casa a apreciação do meu requerimento, porque nós temos necessidade de ver as imagens, de rever as imagens e de ouvir o



policial rodoviário federal. Quais são as explicações legais que ele tem para especificar o ato praticado ali?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Sr. Reges.

O SR. REGES RAMOS - Senhores, este é o animal ainda em vida. (*Mostra fotografia.*) Esse animal foi alvo de um acidente por irresponsabilidade do proprietário. Ele estava sangrando bastante, com o peito aberto. Era sol. No País, como é do conhecimento de V.Sa., não tem unidade que possa promover uma cirurgia desse porte. E a lei de maus-tratos aos animais firma que, quando não se pode dar o tratamento adequado, e o animal está em sofrimento, se promove o sacrifício. Eu não matei o cavalo. Eu não abati o cavalo. Eu promovi o sacrifício legal desse animal. Isso já foi alvo de apuração na Polícia Rodoviária Federal, na Polícia Federal, com ação movida inclusive pelo Ministério Público Federal de Rondônia, e o processo foi arquivado. Nesse processo, tem todos os dados: tem o acidente com o animal, tem as provas, tem a minha formação técnica, do qual se deu esse desfecho. Infelizmente, a imprensa, de maneira irresponsável, não olhou todos os fatos e publicou parte da matéria tendenciosa para vender matéria. Os fatos são esses, estão devidamente registrados na Justiça. Estou aberto a perguntas, a qualquer esclarecimento sobre o fato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu gostaria até de fazer uma sugestão: devíamos pedir a documentação do Ministério Público para constar aqui no relatório da CPI; fazer um ofício da Comissão.

Ouviu, Paulão? Depois faça um ofício. Isso precisa ser aprovado em requerimento aqui ou não? (*Pausa.*) Está bem, na próxima semana aprovamos um requerimento.

Há algum Deputado inscrito para questionamentos?

Com a palavra o Deputado Nilto Tatto.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Primeiro, Deputado Laudivio, não era um questionamento do requerimento. Pensei que tinha terminado já a exposição do Reges. Aí, fiquei assim... Colocou só uma cena, e não houve essa explicação. Então, não há um questionamento ao requerimento, pelo contrário. Este é o nosso papel: ouvir e apurar o caso.



Quero só fazer uma pergunta: por que o animal está desse jeito, nessa situação? O que o levou a essa situação? Conforme o senhor explanou, até pelo seu ato, o senhor avaliou, no momento, que teria que sacrificar o animal. Correto? Isso é fruto de quê? Houve maus-tratos antes? Foi atropelamento? Ele foi atacado por outro animal? O que levou o animal ao ferimento que ele tinha? Não haveria possibilidade de ele passar por uma cirurgia e continuar vivendo?

O SR. REGES RAMOS - Esse animal estava junto com mais dois animais. Os outros dois foram... A Polícia, nós os tocamos para dentro de uma propriedade, nós os tangemos para lá e fechamos a porteira. Esse aí foi alvo de um acidente com um FIAT Uno, a coluna do para-brisa do FIAT Uno adentrou o peito dele e fez esse estrago todo. Agora, o que deu a causa eu digo que não foi o acidente, porque acidente é algo inevitável. No Brasil, animal solto eu não tenho mais como acidente, como profissional da segurança que sou. No Brasil, hoje animal solto é uma arma para disparar contra alguém e causar maus-tratos ao animal. Outro detalhe: o animal solto na via já está em maus-tratos, porque na via não tem água, nem alimento adequado. Então, hoje, o criador, alguns criadores, não são todos... Nós temos profissionais responsáveis, produtores responsáveis, mas, infelizmente, no Brasil, ainda tem muitos irresponsáveis que criam animal solto na via. Isso é alvo de maus-tratos constante, porque imagina você passar o dia sem tomar água. E tem animal na via que passa o dia sem tomar água, porque na via não tem água. Então, ele vai tomar água, quando ele vai lá, busca, e o leva para a casa. O animal não tem o bom senso de achar um ponto que tem água. Ele fica o dia sob maus-tratos na via e sofre esses maus-tratos aí. Então, esses maus-tratos não foram do acidente. Infelizmente... Eu vejo uma oportunidade, nesta CPI, de esta Casa mudar algumas coisas, alguns itens na legislação, para melhorar a legislação do País contra esse tipo de maus-tratos, porque nós temos uma legislação arcaica, antiga, que não foi mudada, de alguns tempos. E eu vejo assim: fiquei contente com essa oportunidade. Muita gente fica irritada por ser convocada, por ter que prestar explicação. Muito ao contrário. Eu inclusive dispensei advogado, porque quem cumpre o seu dever legal não tem que ficar se escondendo atrás das coisas. Mas eu vejo a oportunidade de esta Casa iniciar um processo, uma proposta de lei e mudar alguns fatores. Hoje, nós temos proprietários, às margens da rodovia, sem cerca adequada. Precisa-se



criar uma cerca adequada. Quem tem um animal para carroça, para outros fins, ele tem que ter um estábulo. Ele tem que ter um local, para esse animal não passar o dia no sol, quando estiver descansando. E não tem. A nossa legislação não prevê isso. O carroceiro hoje no Nordeste deixa o animal solto na via, piado pelas patas, pela mão, e vai para o acidente. Isso é uma arma na rodovia, estão matando nossas crianças, nossas mães, nossos pais, causando dano social, causando prejuízo à população e causando e piorando os maus-tratos. Então, eu vejo hoje uma oportunidade não só de esclarecer esse fato quanto de iniciar um procedimento para que se endureça a legislação contra esse tipo de cidadão, que muitas das vezes está cometendo... E é um crime. Hoje, em Sergipe, nós temos alguns TACs, dos quais eu fiz parte junto com o Ministério Público Estadual e Prefeituras para recolhimento de animais e punição. Mas a punição é muito branda. O Ministério Público consegue punir na lei de contravenção penal, que não resolve o problema. E tem essas armas soltas na via. É ruim para os animais, ruim para a população e ruim para todos. Então, é hora, este é o momento de iniciar um procedimento para que se responsabilizem essas condutas. É como nós pegarmos hoje e dissermos que o bombeiro que socorreu o caso de Mariana e culpá-lo pelas vítimas e não culpar a empresa. A empresa que deixou vazar. Hoje quem deixa isso aqui, quem deixa os maus-tratos, e os maus-tratos são constantes... Se nós puxarmos hoje...

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Mas, nesse caso aí, foi atrás do proprietário?

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Presidente...

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - O que aconteceu com o proprietário?

O SR. REGES RAMOS - Localizei o proprietário.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Ele está no processo?

O SR. REGES RAMOS - Não. Fiz a parte minha. Localizei o proprietário. Registrei-o no boletim de ocorrência. Tem ele registrado. Tanto o proprietário do animal... Mas a nossa legislação não permite a punição adequada para esse tipo, porque não há previsão. E é só crime aquilo que está em lei. Aquilo que não está em lei no Brasil não se pode incriminar. Então, as autoridades, não é que o Promotor não foi eficiente, não é porque a Polícia não foi eficiente, não é porque o Judiciário



não foi eficiente. É porque a lei é arcaica e não se tem como punir. E se julga o acidente.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Então, talvez, seja uma questão para nós avaliarmos. Recebendo a documentação, talvez até se possa chamar o proprietário também para ver como é que avançou. Pelo que se está falando...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Deputado Valdir Colatto.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Presidente, só uma questão de esclarecimento. A CPI foi prorrogada por mais 20 dias. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Mais 20 dias.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Nós tínhamos um relatório já pronto do Deputado Ricardo Tripoli para votação.

Como foi prorrogado, como ficou o prazo de apresentação do relatório, de emendas, para que possamos trabalhar essa questão do prazo dilatado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Só para esclarecer.

Depois que ele apresentou o voto, nós tivemos diligências, está tendo a sessão de hoje. Isso tudo — eu não sei, não posso falar pelo Relator, ele está em viagem — provavelmente ele deve fazer uma complementação de parecer com essas informações de relatório dessas sessões a mais.

O prazo será até o dia 24, é o que nós temos para votar o relatório. Então, as emendas — que só podem ser supressivas na verdade — têm que ser apresentadas até o dia da votação.

Eu estava pensando em colocar essa votação próxima do dia 15, para termos um prazo para discutir uma coisa ou outra que não esteja em acordo. E nós conseguiremos, até o dia 24, se estiver bom assim para vocês.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sim, Presidente, só para questão de encaminhamento.

Nós temos um pedido de convocação da Presidente da FUNAI, que foi transformada em convite, e não foi feita essa audiência. Então, eu gostaria que isso voltasse para a pauta e que nós pudéssemos fazê-lo. Ficou combinado que se ela não viesse voltaria a convocação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - É IBAMA.



O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Desculpe. IBAMA, exatamente. Então, ficou fora o relatório, ficou fora todo esse processo que é a questão dos maus-tratos dos animais pelo IBAMA, que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Vamos aproveitar até o dia 15 e tentar pautar todos esses requerimentos que não foram atendidos ainda.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - E outros requerimentos também é possível fazer?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - E há outros ainda que não conseguimos atender devido à agenda. Mas vamos tentar pautar todos eles, porque ainda dá tempo de o Relator incluir no relatório essas audiências.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Certo. Então, eu vou reapresentar. Não sei se precisa reapresentar a convocação da Presidente do IBAMA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Precisa?

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Não?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Já poderia colocar para a semana que vem. Já podemos agendar para a semana que vem a audiência.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Por favor. Eu gostaria que ela fosse ouvida, porque é importante que façamos a oitiva.

Também quero subscrever o requerimento do Deputado Francischini, que deu entrada na Comissão para que nós pudéssemos também ouvir as pessoas que ele está convidando no seu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Falta um para os 14 e para nós podermos votar os requerimentos. Na hora do requerimento, nós já fazemos a sua subscrição.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Agradeço.

Eu só queria fazer uma observação rapidamente. Eu não ouvi a explanação do Sr. Reges Ramos, Policial Rodoviário Federal, quando transferiu a responsabilidade dos animais soltos nas rodovias para os proprietários confrontantes das rodovias federais, estaduais, seja lá o que for.

Temos que lembrar que essas rodovias federais, estaduais, quando são feitas, Deputado Laudívio, são feitas em cima de propriedade privada, e raramente



ou quase nunca, são indenizados esses produtores. Então, na verdade, é área federal pública invadindo área privada, sem indenização.

Quem tem que fazer a proteção das rodovias é o Governo Federal, não é o proprietário. Então não é transferir a responsabilidade para os proprietários limítrofes às rodovias. As rodovias federais têm 40 metros de avanço nas propriedades privadas, sem indenização, as estaduais também são assim, e as municipais também são assim. Então a responsabilidade de proteger as rodovias é do poder público, não é do proprietário. Essa é uma realidade.

Eventualmente, quando um animal foge, acontece um acidente, claramente. E os milhares de animais silvestres que morrem nas rodovias brasileiras? De quem é a responsabilidade? Por exemplo, lá em Santa Catarina, temos uma invasão do javali, que é um animal exótico e está invadindo propriedades, rodovias, ele causa acidentes toda hora. De quem é a responsabilidade? Outra questão é a dos cachorros. Quantos cachorros morrem nas rodovias e causam acidentes imensos? De quem é a responsabilidade?

Esses cuidados que V.Sa. está transmitindo ou levando para os proprietários de um equino, de um asinino, de qualquer outro animal, também têm que ser transferidos ao proprietário de cachorro, de gato, de outros animais domésticos de estimação, para que todo o mundo entre nessa parada.

Nós temos inclusive aqui um projeto de lei estabelecendo a obrigação de se colocar *chip* nos cães e animais domésticos de estimação, para responsabilizar o proprietário, porque, na maioria das vezes, não há qualquer controle disso, e se transfere para o Prefeito, transfere-se para não sei quem. Seria como eu ter a minha vaca de leite, largá-la na rua, recolhê-la à noite para tirar o leite, e depois ela fica na minha casa. Com o cachorro é assim: eu largo na rua, deixo para lá, não sou responsável.

Eu acho que nós temos que colocar exatamente um freio nisso, mas tem que ser geral, não pode ser assim: porque é um produtor, com esse tem que ter todo o rigor da lei, e com outros não. Eles não têm responsabilidade, são 2, 10, 12 cachorros soltos na rua, não há alimentação, estão aí transmitindo zoonoses, e ninguém é responsável.



Então, a área policial tem que olhar também esse outro lado, não só os grandes animais, mas todos aqueles que causam acidentes. A arma não é o animal, a arma é o carro que mata 50 mil pessoas por ano no Brasil, essa é a arma perigosa, mais do que qualquer outra que se coloque como instrumento de acidentes.

Eu queria deixar clara essa questão. A Polícia Rodoviária Federal tem até equipamentos para recolher esses animais, alguns têm caminhões, eu vejo, lá em Santa Catarina há isso. Então que nós tenhamos o cuidado de ter uma visão holística do processo e não simplesmente a de que o produtor é o responsável, se fugiu um animal, o produtor é o bandido. Eu acho que a coisa é muito maior. Nós temos que ter uma visão global do assunto.

Obrigado.

O SR. REGES RAMOS - Eu não disse só o produtor, o proprietário. Quando eu disse, é proprietário, porque algumas rodovias, ao contrário do que V.Exa. disse, não passaram dentro de propriedades rurais. O caso de Rondônia específico, a rodovia foi aberta antes, era terra da União, foi aberta a rodovia, e depois foram feitas as propriedades rurais às margens.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Não. Eu conheço Rondônia muito bem, há 40 anos, desde quando não havia a BR-364 lá. Não é assim. Passou por dentro de propriedades, com certeza. Eu conheço todo o trajeto de Rondônia inteira, de Vilhena até Porto Velho.

O SR. REGES RAMOS - Então, mas é área da União já há algum tempo. O segundo detalhe, esse animal específico, e o grande problema nas áreas urbanas não é só o produtor; são as pessoas que têm pequenas propriedades ou moram na cidade e criam esse tipo de animal. E não tem que ser só o cavalo, só o boi; o animal de médio e grande porte. Tem que ser de responsabilidade dos proprietários, porque o cachorro ali... Não é só a vida do... porque ele causou acidente. Esse animal também está solto e está sujeito a maus-tratos. O que nós precisamos mudar são os maus-tratos contra todos os animais. Os animais têm que ser criados em ambientes adequados E hoje não há a obrigação disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Tem a palavra o Deputado Chico Lopes.



Antes da sua fala, Deputado Chico Lopes, o Deputado Laudívio Carvalho está pedindo para colocar o vídeo. V.Exa. prefere que coloque o vídeo?

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Não, eu já assisti ao vídeo. Só estou o aconselhando a pedir para assistir.

Eu quero entrar assunto que, talvez, não queiram discutir, mas eu vou querer colocar o que eu penso. Quando eu vi, ontem, ser aprovado o requerimento sem discussão etc. e tal para o prazo da CPI ser esticado por mais 20 dias, a minha primeira preocupação achei justo. Por quê? Porque o Relator está em Paris. Nós temos os técnicos que fazem, mas a última palavra é dele. Eu entrei com o meu antecedente como auxiliar da Subcomissão. Entretanto, esses 20 dias seriam para ler o relatório e fazer alguns ajustes. Concordo com V.Exa.: aqueles requerimentos que foram aprovados antes da aprovação lá que continuem a serem discutidos. Mas novos requerimentos de caráter — até eu gostaria de ler depois, quando for discutido — que não é da nossa Comissão, que trata de maus-tratos de animais... Está o Deputado Valdir Colatto defendendo da maneira dele, etc. e tal, por quem nós temos todo o respeito. Eu poderia dizer, por exemplo, que pelo animal nas estradas o responsável é o dono e não a estrada federal.

Mas acho que o Deputado é um conhecedor, como ele disse ali. E eu o respeito, perfeitamente. Aqui não é um Fla-Flu, embora muitas vezes assim se caracterize. O problema é o seguinte: o animal maltratado pelo poder público, nos casos dos jumentos do Nordeste, que foram vendidos para a alimentação do povo chinês, seja o caso de alguns atropelamentos por falta de políticas públicas ou pelo fato de os proprietários não prenderem seus animais. Tudo isso eu aceito, mas convocar o Pedro Stédile porque houve uma invasão? Isso é caso de polícia, é caso de Justiça. Se entrou lá e matou animais, etc. e tal, será que isso é maus-tratos de animais ou violência da invasão que é característica disso? Quem trata disso é a Polícia Federal! E vejam o texto do requerimento. Estão entendendo? É pura e simples... E outra: não tem sentido aprovar mais nada nesta Comissão a não ser o que já foi aprovado.

Eu topo esse acordo. Não se vota mais nada, porque não tem sentido, visto que nesses 20 dias o nosso Relator viaja em missão oficial. Está conturbado o



nosso período aqui na Câmara, e ninguém tem mais sossego. Também concordo com isso. Mas, daqui para frente, o que for aparecendo...

Sr. Presidente, Sr. Relator, V.Exas. são as estrelas desta CPI. Por quê? Porque são militantes sérios antigos, etc. e tal. Eu estou acompanhando através do nosso *site* os elogios e eu me associo a V.Exa. e ao Deputado Ricardo Tripoli, nessa militância. A minha é mais antiga, mais no Ceará, etc. e tal. V.Exas. são figuras nacionais e até internacionais. Agora, querer a partir daí, tudo o que for aparecendo daqui para lá, colocar nesta CPI, nós vamos transformá-la numa delegacia de defesa dos animais. Qualquer problema que acontecer lá, nós vamos lá.

Então, gostaria que fosse feita uma análise correta da situação e se dispensasse daqui para frente quem vem reclamar, etc. e tal. Mas o que foi aprovado no nosso período, tudo bem. Nós não estamos com preguiça de trabalhar, nós queremos fazer etc. e tal. Mas incorporar outros requerimentos me parece que não foi a intenção ao aprovar aquele requerimento. E não fui defender porque não foi necessário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado Chico, na verdade, quem é professor aqui é V.Exa. O primeiro Parlamentar desta Casa a propor controle populacional de cães e gatos foi o Deputado Chico Lopes, não sei há quantos anos.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Não vá dizer o ano, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Está bem. Cinco anos atrás.

Sobre a questão dos requerimentos, eu, como Presidente, não posso impedir a apresentação deles. É regimental, enquanto a CPI estiver acontecendo. Podemos combinar entre os membros, e, se vocês quiserem, já combinamos, é que, a partir da próxima reunião, não apresentamos requerimentos. Só os que solicitarem documentação — isso é importante —, como no caso do Sr. Reges, que vamos apresentar requerimento para pedir documentação.

Agora, precisamos fazer um acordo para, a partir da próxima reunião, seguirmos essa sugestão feita pelo Deputado Chico Lopes. Se vocês concordarem, nós nos ateremos só ao relatório.

Então, está combinado.



O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Eu não ganhei totalmente, mas, foi parcial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Então, serão só os requerimentos apresentados até hoje.

Com a palavra o Deputado Laudivio Carvalho.

O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO - Sr. Presidente, como autor do requerimento de convocação do Sr. Reges Ramos, policial rodoviário federal, eu gostaria que o vídeo fosse exibido para aqueles que não o viram e para que os que o viram possamos rememorá-lo. Por favor.

(Exibição de vídeo.)

O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO - Srs. Deputados, eu preciso fazer algumas perguntas ao policial rodoviário federal Reges Ramos.

Quantos tiros foram disparados ali?

O SR. REGES RAMOS - Parece-me que três.

O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO - Quando o senhor disse “me parece”, o senhor não tem certeza das suas atitudes?

O SR. REGES RAMOS - O senhor lembra quantos votos o senhor recebeu na última eleição?

O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO - Eu estou aqui fazendo perguntas como Deputado Federal. O investigado aqui é o senhor. Por favor, responda. O senhor não tem que me questionar. Por favor, responda a pergunta feita.

O SR. REGES RAMOS - Eu acho que o senhor está sendo... É... Ninguém... O cidadão não tem condições de lembrar tudo de fatos de 5, 6 anos atrás.

O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO - Quantos tiros foram disparados?

O SR. REGES RAMOS - Firmamos em três.

O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO - O.k. Três tiros. Muito bem.

O senhor poderia me responder qual é o conhecimento técnico que tem para fazer avaliação em relação à saúde do animal naquele momento, se ele poderia ou não ser sacrificado?

O SR. REGES RAMOS - Sim.



O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO - Por favor.

O SR. REGES RAMOS - Eu sou técnico em agropecuária, com carga horária na área de Zootecnia e posso emitir laudo. O processo que está no local certo, na Promotoria, no Ministério Público Federal de Rondônia, que pediu para abrir o processo, que foi investigado pela Polícia Federal, tem todos os documentos comprovando isso.

O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO - Eu vou pedir inclusive a CPI que requisite toda essa documentação.

Havia autorização legal para sacrificar o animal? Ou não precisa, basta o olhar do técnico em Agronomia?

O SR. REGES RAMOS - Olhe, eu não sei se o senhor conhece a legislação vigente do País, mas está lá.

O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO - Eu estou fazendo uma pergunta ao senhor. A legislação eu conheço.

O SR. REGES RAMOS - Eu estou lhe respondendo. A sua pergunta me deixou um pouco de dúvida. Está lá que, quando identificado um animal em sofrimento — o caso desse —, ninguém pode dizer que esse animal com esse estrago no peito, sangrando ao sol, que ia falecer sangrando daqui a 3 ou 4 horas, não estava em sofrimento. Eu sou técnico, e não precisa ser técnico para descobrir isso. Se o senhor ficar com sede um dia, o senhor está em sofrimento. Então, não precisa... O senhor aguarde, por favor. Não precisa ser técnico para isso.

O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO - Deixe-me falar um negócio para o senhor. Deixe-me falar um negócio: o senhor está respondendo como investigado nesta Casa pela CPI. O senhor não tem a menor condição de tratar um Deputado Federal e os outros Deputados que aqui estão nesse tom, por favor!

O SR. REGES RAMOS - O senhor me desculpe, mas eu...

O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO - O senhor tem que respeitar, porque há Deputados Federais. Esta aqui é a Casa de Leis.

O SR. REGES RAMOS - Eu não estou lhe maltratando.

O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO - O senhor, por favor, responda da mesma forma que nós estamos respeitando V.Sa.



O SR. REGES RAMOS - Nobre Deputado, eu estou respeitando V.Exa. Agora, o senhor me fez uma pergunta pejorativa. O senhor me fez uma pergunta pejorativa. Isso é ofensa. O senhor entendeu? Então, vamos para a técnica. Olha só: existe na lei que ao animal em sofrimento — o animal em sofrimento — tem que ser dado a ele o tratamento adequado ou morte rápida. Isso está na lei, está no processo. Certo? Eu, como técnico, formado na área, não podia lá na frente alegar que eu não conhecia isso na lei. Eu vou atender a um acidente e tem um animal em sofrimento. Eu o deixo ao sol, morrendo lá porque o Estado não tem aparato para fazer uma cirurgia desse porte, eu o deixo ao sol morrendo depois vão alegar: *“Olha, eu não conheço da lei”*. Então, eu usei dos meios que o Estado me deu — dos meios que o Estado me deu — para cessar o sofrimento desse bicho. Olha, eu sou técnico na área, sou filho de agricultor. Se o senhor olhar minha vida pregressa, eu não tenho maus-tratos aos animais, eu tenho bons-tratos aos animais. Eu cuido, tanto é que tinha três animais no local, não era um, se V.Exa. vir a ocorrência toda, tinha três. Eu não saí matando animais. Eu toquei os dois para dentro de uma propriedade, coloquei-os em um local seguro, para não voltar. Fui localizar o proprietário e sacrifiquei esse, não matei, eu sacrifiquei porque ele estava em sofrimento. Isso é sacrificar o animal. Então, agora, eu tenho uma vida de ocorrências. Eu não lembro todas as pessoas que eu prendi. Outro detalhe, esse não foi o último animal que foi sacrificado e nem foi o primeiro. Em Sergipe, eu autorizei um colega a sacrificar porque respondo lá pela SPF. Por sorte minha, tinha um veterinário da Prefeitura próxima que acompanhou. Sacrifiquei outra vaca há poucos dias. Eu não posso, eu tenho que assumir a responsabilidade que o cargo me dá. Eu vejo um animal, ou eu consigo promover o tratamento dele, ou eu tenho que dar morte rápida. Eu não posso simplesmente deixá-lo sofrendo ao bel-prazer meu. Eu não tenho que fazer o que eu gosto, eu tenho que fazer o que esta Casa vota. Essa lei pode ser arcaica, mas está lá na lei. Eu tenho que cumprir a legislação vigente. Foi o que eu fiz. Tanto é que eu fui absolvido. Houve um processo de investigação. Não fiquei bravo com o processo de investigação, não, porque não me foi feita pergunta indecente. Foi dito: *“O que você fez?”* Eu apresentei a ocorrência, que foi para o Ministério Público Federal. A Polícia Federal aprovou. Foi a pedido de uma ONG, se não me engano de São Paulo, que pediu para abrir. A Polícia Federal



abriu o inquérito por ordem do Ministério Público Federal de Rondônia. A Polícia Federal aprovou. Foram juntados todos os documentos, e o Ministério Público arquivou por estrito cumprimento do dever legal. Então, eu não ando matando animal a bel-prazer. Agora, eu vejo nesta oportunidade desta Casa aquilo que eu já disse: a oportunidade de melhorar a legislação e acabar com isso ou minimizar. Hoje, por ação da Polícia Rodoviária de Sergipe, nós reduzimos as mortes e os acidentes em mais de 34%, em 2 anos, recolhendo animais, e aplicando penalidades mínimas, porque a lei hoje não prevê a penalidade que se merece a quem causa maus-tratos, porque uma coisa é você criar o animal, é abater o animal, mas você tem que abater sem sofrimento, você não tem que deixar o animal em sofrimento, nem o policial, nem o cidadão que cria, nem ninguém. O animal tem que ser tratado bem. Se ele vai ser para consumo humano, se ele vai ser para leite, se ele vai ser para carne, mas ele tem que ter ambiente adequado. Hoje nós temos no Nordeste, nós temos não só no Nordeste, quase em todo o País, principalmente onde se usa animal para tração, animal para carroça, animal para montaria, pessoas que têm animal e que não tem uma baia. Esse animal é criado solto, criado pela mão. Hoje o poder público não pode fazer nada. Por quê? Por que a legislação não está adequada. Agora, o que tem adequado de legislação, quando você encontra você tem que tomar as providências dentro do que a lei prevê.

O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer mais uma pergunta.

Aqui vai uma pergunta de quem viu o vídeo. Aquele animal mostrado ali está com uma rédea, não é isso? O animal ferido?

O SR. REGES RAMOS - Sim.

O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO - Lá nas imagens que são feitas ele continuava com aquela rédea?

O SR. REGES RAMOS - Sim.

O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO - E havia ali alguma indicação de quem seria o dono daquele animal?

O SR. REGES RAMOS - Até aquele momento, não.

O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO - E depois houve a indicação e a localização do proprietário do animal?



O SR. REGES RAMOS - Eu continuei a investigação e localizei o proprietário.

O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO - E quais as providências legais que foram tomadas ali?

O SR. REGES RAMOS - Registrei isso num boletim de ocorrência.

O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO - Mas uma pergunta que eu gostaria de fazer: essa ocorrência foi em Rondônia?

O SR. REGES RAMOS - Foi em Rondônia.

O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO - O senhor está em qual Estado?

O SR. REGES RAMOS - Sergipe.

O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO - O senhor foi transferido por quê? Ou foi a pedido do senhor?

O SR. REGES RAMOS - Eu fui transferido *ex officio* para assumir a Seção de Policiamento e Fiscalização — Substituto — do Estado de Sergipe.

O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO - Muito bem, Sr. Presidente. Por ora, são as perguntas que eu gostaria de ter feito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - V.Exa. vai falar, Deputado Nilto Tatto?

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Essa foto aí que está exposta foi o senhor quem a tirou? Foi em que momento?

O SR. REGES RAMOS - Fui eu.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - É? Lá os tiros são na estrada. Há mais algumas fotos aí que mostram a estrada?

O SR. REGES RAMOS - Ela foi... Os tiros... O animal está...

O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO - É porque a minha pergunta, Deputado, tem a ver com a de V.Exa. Porque eu estou pensando aqui o seguinte: se essa foto foi feita com o animal preso, por que não foi sacrificado nesse momento? Por que foi sacrificado na beira da BR?

O SR. REGES RAMOS - Não, não, nobre Deputado. Ele foi sacrificado nesse local aí. Ele está preso aí a uma placa. A placa está um pouquinho para cá. Ali...

O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO - Mas por que ele foi solto? No momento em que ele foi abatido ele estava solto ou não?



O SR. REGES RAMOS - Não, ele não estava solto. Volte o vídeo, por favor. Consegue voltar o vídeo, por favor?

(Exibição de vídeo.)

O SR. REGES RAMOS - A placa em que ele estava, lá, ó... Ele puxou a rédea na hora, mas a placa está ali. Aquela foto está pegando da estrada para o mar. A foto foi feita aí. E aí existe um milhão de testemunhas que viram *(ininteligível)* a foto. Então, a foto foi feita nesse local aí. Foi feita a foto antes. É o cuidado do profissional. Não basta parecer honesto, você tem que ser e parecer. Se você vai tomar uma atitude, avaliar, quem é técnico na área sabe que eu posso precisar produzir um laudo e eu tenho que apresentar provas disso. Então eu peguei a máquina...

O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO - Esse animal...

O SR. REGES RAMOS - ...fiz a foto. Existe a foto dele, existe a foto do acidente mais à frente, existe a foto do carro. Está tudo no processo.

O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO - Esse animal não poderia ter sido deixado à beira da BR e ter sido pedido socorro para ele? A Polícia Rodoviária tem essa condição? Existem convênios com empresas especializadas ou com clínicas veterinárias para animais de grande porte?

O SR. REGES RAMOS - Não, não existe clínica veterinária de grande porte para esse atendimento imediato ali. Outro detalhe: a gente fala... É bom chegar à área... Eu acredito que aqui deve haver algum veterinário, alguém da área. Hoje, a depender do ferimento que o animal sofra... porque o animal... o produtor o tem como mão de obra, para o lucro. A depender do ferimento, do sofrimento do animal, ele é sacrificado. Cavalos de corrida quebram a pata, é sacrificado. Então, a depender do sofrimento, a depender do custo da manutenção, ele é sacrificado lá. Hoje o proprietário não arcaria com isso. E não existe clínica, não existia clínica — e eu acredito que ainda não existe —, uma clínica veterinária capaz de pegar esse animal, remontá-lo e levá-lo para tratamento. Este ano houve uma ocorrência em Sergipe de um animal que quebrou a pata. Por felicidade minha, o veterinário de Nossa Senhora do Socorro passou, me ligou e disse: *“Inspetor, eu tenho um animal com a pata quebrada aqui, está às margens da rodovia, corre o risco de se envolver em outro acidente. Precisa removê-lo para o curral para sacrificá-lo”*. Olhe, essa



remoção causa muito mais dor. Eu disse: *“Espere aí, tem como sacrificar no local?”*. Ele disse: *“Olhe, não tem”*; *“Como você vai sacrificar?”*; *“Não, vou levar para um local seguro e vou pedir para abater com disparo de arma de fogo”*. Eu falei: *“Eu estou levando uma equipe para o local parar”* — porque muitas vezes você não tem o ideal — *“avaliar. O senhor acompanha. A equipe vai sacrificar”*. Por quê? Porque tem que minimizar o sofrimento. A lei diz que o animal em sofrimento tem de ter morte rápida se não tiver tratamento. E não tem tratamento no País. Não adianta tampar o sol com a peneira. Não há clínicas ao longo do País capazes de fazer uma cirurgia desse porte. E no caso desse animal, além disso, seria uma cirurgia pública, porque o particular não vai investir dinheiro em uma cirurgia de grande porte a esse preço para o animal ficar imprestável. Ele perde as forças, dependendo do sofrimento e do trauma que ele sofreu. Então, o particular não vai investir nele. E o Estado não banca. Aí resta ao agente público cumprir a legislação: não tem como o tratamento adequado, eu tenho de providenciar o sacrifício da maneira melhor possível.

O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO - O transtorno causado à beira da estrada para levar o animal ferido não é o mesmo transtorno para levar o animal morto?

O SR. REGES RAMOS - O transtorno pode ser o mesmo, mas se eu levar o animal ferido estarei descumprindo a legislação, porque estarei tirando o animal ferido, colocando-o sob dor, mantendo-o sob sofrimento para levá-lo para outro ponto. Então, se o transtorno é o mesmo, eu tenho de ser mais benéfico ao animal. O transtorno não é diferente. Mas eu posso abater o animal aqui ou, para que a imprensa não veja, eu digo o seguinte: *“Não, eu vou tirar esse animal, vou esconder ele num ponto, vou submeter ele a um sofrimento constante para eu esconder e providenciar o sacrifício?”* Seria imoral da minha parte.

Então, se eu avalio que não tem como tratar, eu tenho que providenciar a morte rápida. Se a legislação mudar eu tenho que cumprir e vou expor o animal ao sofrimento. Mas enquanto não mudar, a regra é essa.

O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO - Sr. Presidente, como Deputado Federal, vou sugerir a esta Casa que mudemos a lei para podermos fazer cumprir a lei de modo que se adapte ao momento atual. Aquele que a descumprir, por



exemplo, aquele que sacrificar o animal depois de a lei ser promulgada, que pague por isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Concedo a palavra ao Deputado Chico Lopes;

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Convencem-me as declarações do Policial Federal, embora, olhando o vídeo, achemos uma violência, três tiros, e tal. Vendo as vísceras mostradas, qualquer veterinário, qualquer pessoa nessa área mandaria sacrificar o animal. Eu, por exemplo, já tive de mandar sacrificar cães meus. Eu chorei, fiquei por ali. Mas entre a minha vaidade, o meu egoísmo com o animal, eu acho que o veterinário agiu de forma correta.

Se vamos modificar a lei para ficar mais explícita, com médicos na Polícia Rodoviária estadual e municipal, concordo plenamente com V. Exa.

Outra, por incrível que pareça, é a tradição da nossa cultura. Qual é o nosso problema aqui na CPI? É não legalizar o rodeio. Isso faz parte de uma cultura que nós queremos que se vá modificando por outras culturas bem melhores.

A questão dele é complicada, mas quando olhamos para ali e não vê solução, eu quero confiar na palavra dele, sem tirar o direito e a firmeza como V.Exa. interrogou o policial que está sentado aí.

V.Exa. tem uma boa prática, uma boa técnica, foi firme e tudo, mas eu acho que, diante dos fatos, ele me convenceu. Quero dizer isso ao Presidente. Se isso vai sair na mídia que eu sou a favor de matar animal, não me importa. O único cabra que está sofrendo nesta CPI sou eu. Ainda bem que o Presidente me ajudou, o Relator me ajudou, porque o mundo da defesa do animal é muito sensível. As ONGs também o são. Nós queremos que seja assim mesmo. Mas há casos que podem mais do que a lei. Como o animal estava sofrendo ali, eu acho que não tinha outra opção. Agora, acho que a CPI tem de pedir às Policiais Estaduais e às Guardas Municipais, não só à Polícia Rodoviária, que tenham veterinários, que tenham transporte. Vamos dar nossa contribuição para que esse caso aí seja o mínimo possível. Fico feliz que V.Exa. esteja na nossa Comissão, com firmeza, etc. e tal. Agora, eu não posso ser injusto comigo mesmo porque eu penso dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Deputado Fernando Francischini.



O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sr. Presidente, eu acho que agora nós chegamos à questão legislativa. O Deputado Laudivio Carvalho tem razão: nós temos que mudar a legislação na questão da infraestrutura que a Polícia Rodoviária Federal tem que dispor para os seus funcionários que estão lá na ponta. Esse é um problema que não é de agora. Nós sabemos do problema de animais na beira das pistas no Brasil inteiro. Como é que não existe um contrato permanente de transporte nas rodovias federais que vai ser utilizado quando necessário?

Então, eu acho que a primeira coisa é uma indicação para a Polícia Rodoviária Federal para que dê estrutura a esses funcionários que estão na ponta, para não continuarmos a assistir a fatos como esse, que expõe todos nós.

O Deputado Laudivio Carvalho está preocupado com a proteção aos animais, com a repercussão. O funcionário da Polícia Federal, nosso policial rodoviário federal, com os meios disponíveis que tinha, também exposto a tudo que aconteceu. Mas nós temos que tomar uma providência. Acho que a nossa função é legislativa.

O Deputado Laudivio Carvalho tem a prerrogativa de apresentar um projeto de lei, um indicativo, mas a Polícia Rodoviária Federal e as Estaduais também têm que ter uma estrutura mínima. Nós vimos que de anos para cá a estrutura, de ambulâncias e de atendimento de pronto-socorro, aumentou, e muito, mas ninguém é atento à questão da proteção dos animais e proteção das pessoas também, não só dos animais. Um animal desse na pista, atropelado, mata uma família inteira, além de morrer o animal que o dono não teve o cuidado suficiente de manter sob sua guarda.

Então, acho que o Deputado Laudivio Carvalho fez bem em apresentar essa convocação, porque traz um assunto importante para a nossa discussão. E o final de uma CPI que não quer acabar numa CPI vazia é com mudança legislativa, com indicação do que nós podemos avançar. Senão não tem objetivo uma CPI.

Então, eu concordo e acho que o que nós tiramos desta audiência é a necessidade de uma legislação em relação à proteção aos animais nas rodovias federais, que é o nosso caso, que é Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO - Então, Sr. Presidente, aproveitando que o meu corpo jurídico está presente, vou solicitar aos meus advogados que preparem um projeto de lei, Deputado Chico Lopes, sugerindo, para



que nós possamos votar aqui, que as Polícias Rodoviárias Estaduais e Federal passem a ter em seu corpo veterinários aptos a atender a esse tipo de ocorrência.

Eu entendo que esta é a Casa do diálogo. Quando eu fiz a convocação do Policial Rodoviário Federal Reges Ramos, eu o fiz com toda a responsabilidade. As perguntas feitas aqui não foram apenas perguntas emocionais. Foram perguntas técnicas e perguntas de um Deputado Federal que defende os animais e que representa a população brasileira.

Agora, se podemos dar uma contribuição mudando a legislação, essa legislação tem que ser mudada nesta Casa. Então, eu vou apresentar um projeto de lei, do meu gabinete, com essas sugestões aqui propostas.

Muito obrigado, Deputado Chico Lopes. Muito obrigado, Deputados Francischini e Nilto Tatto. Muito obrigado, meu amigo Goulart. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Obrigado, Deputado Laudio Carvalho.

Respondendo ao Deputado Francischini, existem alguns projetos que foram até indicados para tramitar em regime de urgência no relatório, que já está quase pronto, deve sofrer algumas pequenas alterações. Inclusive, um deles trata da questão. Até aquele de que o Deputado Nilto Tatto foi o Sub-Relator, de políticas de prevenção de atropelamento, em estradas, da fauna brasileira — não lembro o número do projeto, mas acho que é 466. Mas está no nosso relatório. Também eu acho que tem a ver com esse assunto que nós estamos tratando aqui hoje.

Deputado Chico Lopes.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Nós sabemos que a militância de V.Exa. e de outros aqui tem sido excelente. Mas uma complementação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Não, lógico.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - ... com o trabalho do Deputado Laudio Carvalho ajuda, porque é mais um Deputado interessado em fazer as coisas andarem nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Bem interessado. Tem ajudado muito. Nós quase apanhamos no Mercado Central de Belo Horizonte. (Risos.)



O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Foi pouco. Foi pouco, porque Deputado hoje está abaixo do petróleo do pré-sal em 500 graus. (*Risos.*) Nós estamos abaixo do pré-sal, lá no fundo! Mas não é por culpa nossa, não. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Não havendo mais inscritos para o debate, concedo a palavra ao convocado para suas manifestações finais.

O SR. REGES RAMOS - Eu quero agradecer a oportunidade. Tem muita gente que acha que a convocação é uma pena, uma responsabilização. Eu vejo nisso uma oportunidade de voltar a esclarecer os fatos. Complementando, em função desse vídeo também houve um processo civil contra a empresa *Rondônia ao Vivo*, que o publicou de maneira tendenciosa para vender imagem. Ela foi condenada a lançar uma nota de retratação. Se V.Exas. e os senhores procurarem no *site Rondônia Ao Vivo*, tem uma nota de retratação. Ela foi condenada a lançar nota e a me pagar uma indenização pelos danos que causou. Eu sou e serei, até me aposentar — e acho que até à morte, porque quando se aposenta você continua — policial rodoviário federal, mas nunca deixei a minha formação inicial. Sou técnico em agropecuária, tenho a carga horária. Sou filho de agricultor e defendo os animais. Muitas vezes nós trocamos a defesa do animal pelo impacto visual. Olhe só, não há diferença nenhuma em sacrificar um animal desse, quando se fez um disparo, em segurança, para a mata, para não atingir pessoas, ou levar esse animal para um ponto onde não tem ninguém fazer o sacrifício dele. Transportando o animal para outro local se estará impondo a ele maior sofrimento. Por opção, eu vejo que o servidor público não tem que esconder os seus atos. Ele tem que ser explícito. Se alguém estiver filmando, que filme, mas o servidor público não tem que esconder os seus atos. Então, eu discordo um pouco de recolher o animal para sacrificá-lo longe da população. Isso não é amar os animais. Isso é promover o sofrimento por mais tempo. Se o veterinário ou alguém capacitado avaliou que não tem como tratar o animal, o sacrifício imediato evita maior sofrimento. Quem realmente defende os animais eu acho que é adepto dessa posição. Não tem que fazer nada escondido, tem que fazer às claras. O servidor público tem que fazer suas ações às claras, com segurança, com a população vendo, com todos avaliando, e tendo que explicar os seus atos, porque o servidor público, como diz o nome, está para servir ao público, servir à sociedade, e cumprir as legislações vigentes. Estou aberto a qualquer



questionamento. Ponho-me e ponho a Polícia Rodoviária, tomo liberdade de deixar à disposição, para inclusive, se necessário, participar da construção dessa legislação, porque nós termos técnicos de agropecuária, temos veterinários que não exercem essa função dentro da polícia, por serem policiais, mas têm essa formação e têm como contribuir para melhorar a legislação e tratar melhor tanto a população quanto os animais para que sejam criados de maneira adequada e segura. E não só os animais de grande porte. Como disse o Deputado, nós temos que melhorar a legislação desde o gato, o cão, até o boi, o búfalo, o jegue. O País precisa tratar melhor a sua cadeia de produção, os seus animais de estimação e a sua população.

Estou à disposição. Muito obrigado por esta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Agradeço a presença do Sr. Reges Ramos.

Vamos para o segundo item da pauta.

Nós havíamos feito a convocação do Prefeito Fernando Haddad para comparecer a esta CPI. No caso de convocação não cabe o envio de representante, mas veio à Comissão um ofício dizendo que o Prefeito não poderia comparecer e mandou dois representantes.

Nós poderíamos — o Presidente poderia fazer isso de ofício — convocá-lo novamente, mas eu queria sugerir, se os membros da Comissão concordarem, que ouvíssemos os dois representantes hoje, mesmo não sendo oficialmente representantes. Se nós não nos sentirmos satisfeitos, aí, sim, convocaríamos novamente o Prefeito Haddad. Ele mandou duas pessoas que têm a ver com o assunto: o representante da Secretaria das Subprefeituras e a representante do Centro de Zoonoses.

Eu queria passar a palavra aos Deputados para ver se concordam. Por mim, tudo bem.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente, esta é uma CPI, não é uma audiência pública qualquer. Imagine V.Exa. se alguém for convocado como testemunha por um juiz e mandar um representante ou uma desculpa de que não pôde comparecer. Ele vai ser intimado e, nem que seja preso, vai participar.

Isto aqui é uma CPI. Não pode haver representante para falar em nome daqueles que foram convidados ou convocados. Portanto, não cabe!



Se o Prefeito não puder vir, que se busque outra convocação, mas substituto para CPI? Eu nunca vi isso.

Por isso, sou contrário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Por isso estou submetendo aos colegas para debatermos o assunto. Convocação não pode ter substituição, mas, se atender ao tema da CPI... Era isso que eu queria colocar a V.Exas.

O SR. DEPUTADO GOULART - Sr. Presidente, Srs. Deputados, desde o início eu me manifestei aqui frontalmente contrário à convocação do Prefeito Fernando Haddad. Está nas notas taquigráficas a minha fala naquela oportunidade. Desde o início eu achei que deveriam ser ouvidas pessoas diretamente ligadas à fiscalização.

Acho oportuno ouvi-los, mesmo porque vieram duas pessoas que eu conheço e que têm um trabalho fantástico na cidade de São Paulo: José Rubens, que, inclusive, foi Subprefeito da Cidade Ademar, excelente Subprefeito; e Rosane, que é da Vigilância Sanitária. Então, se os Deputados puderem...

É evidente que não vão aqui falar como intimados, mas acho que poderão ser eles mesmos, porque não há mais tempo de ouvir outras pessoas. A preocupação desta CPI é com a maneira como deve ser feita a fiscalização. Infelizmente, quem está lá na ponta não cumpre as ordens, não sabe o que está acontecendo. Eu mesmo tenho outras coisas a dizer aqui, principalmente a José Rubens.

Acho que isso poderia enriquecer esta CPI. E não fazer com que as pessoas que vieram de São Paulo até aqui tenham a viagem perdida.

Gostaria de ouvi-los, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Deputado Nilto Tatto.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Nessa linha, Deputado Valdir Colatto, a insistência para vir alguém da Prefeitura de São Paulo era justamente em decorrência de uma diligência que foi feita em uma feira da cidade. Nós tentamos, por duas oportunidades, chamar os técnicos que estão aqui, mas houve um problema sério de comunicação, que não chegava até lá.

Eu acho que nós precisamos também reconhecer que, no âmbito da CPI, houve um problema de comunicação e um problema de retorno. As pessoas que



estão aqui agora — pelo menos foi o que eu vi no ofício dos representantes —, atendem àquilo que era a expectativa inicial desta CPI de ter as informações, de ter conhecimento das políticas que estão sendo adotadas na Prefeitura de São Paulo; tanto o problema que foi constatado na diligência como as políticas que estão sendo adotadas. E podem ter certeza as pessoas que vieram, que eu também conheço, vão trazer subsídios importantes para os objetivos da nossa CPI.

Então, acho que poderíamos avançar nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Deputado Chico Lopes.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Sr. Presidente, sua atitude me deixou à vontade para dizer o seguinte: eu estou com 30 anos de mandato e só me meti uma vez numa CPI, que era a do FUNDEP, lá no Ceará, para nunca mais. Esta é a segunda na minha vida política, porque trata dos animais, não tem negócio de corrupção, não tem estrelismo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Mas apareceram umas coisinhas aqui no meio, não é?

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Pois é. Roubaram os animais? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - No Instituto Royal apareceu um desviozinho aí.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Então, é uma CPI que tem um caráter humano muito profundo. Tanto que nós não somos estrelas. Eu me dou por feliz por causa disso, porque os nossos propósitos são os melhores possíveis. Acho que eu vou na mesma linha: se eles são bons técnicos e vão ajudar na manutenção, se não convencerem os Deputados, convoca-se o Prefeito. Mas não vamos aqui ter aquele relacionamento como se fosse o da PETROBRAS, se fosse o do BNDES. Eu concordo. Aqui nós somos pessoas que temos respeito aos animais. E é dentro dessa linha que nós queremos ouvir mais para apresentar projeto de largo alcance.

Só os técnicos que trabalham diretamente com o assunto podem nos mostrar se há alguma deficiência, porque o Prefeito, teoricamente, vai falar do orçamento, etc. Se não se satisfizer a CPI, então que ele seja convocado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado Chico Lopes, só para esclarecer, esse requerimento foi, inclusive, de minha autoria. Eu fiz esse



requerimento porque quando o Prefeito tomou posse em São Paulo eu tentei marcar com ele algumas vezes para discutirmos o tema das feiras clandestinas de animais em São Paulo.

Infelizmente, eu nunca fui recebido na Prefeitura nos últimos 3 anos. Então, fizemos um convite para ele comparecer à CPI, ele não pôde vir nem mandou um representante. Foi aí que nós fizemos a convocação. Mas eu acho que agora talvez tenha chegado ao conhecimento dele, ou ele estava mal assessorado, e agora deve ter trocado o time lá, e está mandando os representantes aqui. Como eu autor do requerimento, não queria tomar essa decisão. Eu queria que V.Exas. me ajudassem nisso.

Com a palavra o Deputado Fernando Francischini.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sr. Presidente, eu ia por um caminho, mas, depois do seu relato, mudo a minha posição. Eu acho que 3 anos o Presidente da nossa CPI, reconhecido nacionalmente como um dos grandes protetores dos animais e uma pessoa dócil de convivência, não ser recebido é uma decisão política. Nós não podemos aqui criticar ou não. Mas, por outro lado, não atender a um convite e, depois, numa convocação da CPI, mandar representantes... Não sei se V.Exa. recebeu com antecedência ofício dele dizendo que não vinha para não passarmos por uma cena como essa perante a opinião pública brasileira.

Então, eu sou pela continuidade da convocação ou de nós a revogarmos, senão a CPI sairá desmoralizada. Vir alguém no lugar de quem foi convocado é a desmoralização total de uma CPI, porque o requerimento já foi votado e aprovado. Não foi uma convocação feita pelo Presidente, foi de todos os membros desta comissão, porque foi votada e aprovada. Mas vou continuar ouvindo os colegas para chegarmos a uma decisão consensual.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Deputado Daniel Coelho.

O SR. DEPUTADO DANIEL COELHO - Deputado Ricardo Izar, no primeiro momento, eu não tinha o relato de V.Exa. Pelo que vi na pauta, eu tinha uma opinião. Com o relato que V.Exa. faz das dificuldades, do fato de ter sido feito o convite e não ter sido dada a devida atenção, o assunto não fica mais no campo técnico, passa para o campo político com a Casa, com a CPI. Eu acho também que



o correto seria, neste momento, não ouvir representantes, porque não foi esse o combinado.

Num primeiro momento, poderia ter sido feita aqui uma argumentação. O Deputado Nilto Tatto é um representante do PT, partido que governa a cidade de São Paulo, tem um bom relacionamento com o Prefeito, poderia ter tentado negociar uma posição como essa, mas parece que não houve atenção por parte da Prefeitura. Citei o nome do Deputado Nilto Tatto, mas não da parte dele, mas da parte da Prefeitura parece não ter havido atenção devida com a Comissão.

Então, eu acho que nós deveríamos, até para dar a V.Exa. o prestígio que merece, pelo trabalho que tem feito ao longo dos últimos meses na CPI, manter a posição de convocar o Prefeito para que aqui esteja e possa fazer os esclarecimentos.

O requerimento de V.Exa., que fiz questão de ler, não coloca o Prefeito como investigado nem como réu. Muito pelo contrário, eu acho que a CPI quer ser parceira da Prefeitura na solução para as feiras clandestinas, problema que ocorre na cidade de São Paulo e em muitas outras grandes cidades do País. Com a ajuda deste Parlamento, talvez a Prefeitura de São Paulo possa solucionar o problema e apontar soluções para outras cidades — Salvador, Recife, Porto Alegre, Curitiba. Eu acho que poucas capitais. Eu acho que poucas capitais do Brasil podem dizer que não têm esse problema. Seria uma grande oportunidade até para o Prefeito esclarecer o que tem feito sobre os animais.

Eu acho que seria importante nós darmos apoio ao requerimento de V.Exa., ao seu cumprimento, como estabelecido pelo voto desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Deputado Goulart.

O SR. DEPUTADO GOULART - Sr. Presidente, eu concordo com o final da fala do Deputado Fernando Francischini. Eu acho que poderíamos aproveitar a oportunidade, uma vez que a CPI já está no seu final, já temos aí o relatório distribuído para acrescentar aquilo que for sugerido pelos Deputados, e tornar sem efeito a convocação do Prefeito Fernando Haddad.

Eu tenho um relacionamento fino com o Prefeito. Sei o que ele tem feito. Inclusive, inaugurou o hospital da Zona Norte, já na gestão dele, Hospital de Cães e



Gatos. Já vai inaugurar o da Zona Sul agora, brevemente. Então, ele tem dado demonstrações da sua preocupação com a proteção e com os bons tratos aos animais.

Eu acho que a Prefeitura do tamanho da cidade de São Paulo, com os problemas que a cidade está vivendo... O Deputado Ricardo Izar, para mim, é a maior autoridade em defesa animal que nós temos hoje. Destacam-se suas manifestações em qualquer rincão do Brasil. Mas eu acho que nós poderíamos, até pelo respeito que temos ao Prefeito Haddad, tornar sem efeito a convocação, mesmo porque nós não teremos mais tempo de tocar a CPI, e ouvir as duas pessoas que aqui estão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu fiz essa consulta porque regimentalmente nós temos um probleminha. Regimentalmente, quando se apresenta um requerimento e ele é votado e aprovado pelo colegiado, ele passa a ser um requerimento do colegiado e não mais do autor. Isso segundo as orientações que eu estou recebendo da assessoria. Para derrubarmos o requerimento votado, não posso, de ofício, torná-lo nulo. Nós teríamos que fazer uma nova votação para anular esse requerimento de convocação.

Então, o que eu sugiro é: ou nós votarmos um novo requerimento anulando a convocação. De qualquer forma, nós podemos ouvir as pessoas que vieram. Mas a decisão tem que ser do colegiado. Eu não posso fazer isso de ofício. Por isso estou pedindo a ajuda de V.Exas. nessa decisão.

O SR. DEPUTADO GOULART - Eu gostaria, se possível, de apresentar, uma vez que não dá para fazer hoje, apresentar esse requerimento com os demais Deputados que queiram assinar juntos, para deliberarmos na próxima reunião.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente, hoje não tem requerimento na Mesa. Como não pode ser apresentado agora, também acho que pode ser apresentado para, na próxima decisão, o Plenário decidir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Nós temos mais um probleminha, Deputado Valdir Colatto. No começo desta reunião nós combinamos que não iríamos apresentar mais requerimentos de convocação. Podemos combinar que nós vamos abrir uma exceção para esse requerimento para anular a convocação. Tudo bem? *(Pausa.)*



Então, se V.Exa. apresentar até hoje, que é a data limite, não tem problema nenhum em relação ao que a gente tinha combinado.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Nós vamos votar o requerimento.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Esse requerimento e esse outro do Deputado Fernando Francischini.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Isso.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - O acordo é esse? Votamos os dois e aprovamos os dois?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Isso. Não, o requerimento do Deputado Fernando Francischini nós vamos votar agora, na sequência, já está na pauta.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Eu só quero saber se vai ser aprovado.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sr. Presidente, o acordo é nós aprovamos os dois requerimentos, para a Oposição votar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Aí eu não posso falar em nome da...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - É a proposta de acordo...

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Não, não tem acordo.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Então não tem acordo, Sr. Presidente. E também não vou pôr em requerimento se entra na próxima sessão.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Como é que se propõe um absurdo desse, Deputado Fernando Francischini?

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Absurdo é o que fizeram com os animais. Isso é absurdo.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - O que está havendo aqui é outra coisa. Se quiserem contribuir com a CPI, com informações...

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente, olha as fotografias que estão aqui. Se isso não são maus-tratos de animais, então, eu não sei mais o que é. Não sei mais o que é.



O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - O problema que há em São Paulo, com informações das políticas que estão sendo adotadas em São Paulo, para mim é outro. Para mim é outro.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Matar animais no ventre dos animais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Acho que nós podemos ouvir os Secretários que foram encaminhados aqui como representantes e vamos colocar em pauta o requerimento, Deputado Valdir Colatto, do Deputado Fernando Francischini.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Não. Ouvir como?

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Quero apresentar, Sr. Presidente, com calma, para tentar convencer o Deputado Nilto Tatto do escrito.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Está, mas no momento adequado. O que não dá é para condicionar uma oportunidade que temos aqui hoje de ouvir os responsáveis pela política de zoonoses em São Paulo, e que têm coisas para falar, que vão contribuir para a CPI, à aprovação de outro requerimento que será votado em outro momento da reunião? Nós não estamos no momento da reunião de deliberação. Então, não é possível fazermos esse tipo de acordo. No momento adequado nós vamos avaliar o requerimento.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sr. Presidente, então é a mesma situação do requerimento do Prefeito Haddad.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - O acordo que estava colocado era o de nós prorrogarmos ontem no plenário esta CPI para ouvir as pessoas constantes dos requerimentos aprovados e preparar o relatório, até porque o Relator está lá na COP 21, em Paris.

Então, se o acordo fosse para isso, não teria que ter mais nenhum requerimento de convocação na pauta. Então, o que se estava dizendo aqui era: vamos apreciar o requerimento do Deputado Fernando Francischini e vamos apreciar um requerimento, na próxima reunião, para anular o requerimento de convocação do Prefeito Fernando Haddad. Era essa a questão. O eu quero, Deputado Valdir Colatto, é saber o que vocês estão propondo, quero saber se eu entendi.



O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Era um acordo de mérito.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - É um acordo de mérito. Mas se é para aprovar os dois requerimentos, não!

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Era essa a proposta.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Não. Acordo é se nós vamos analisar. Então, como não há acordo...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Votamos os dois. O Prefeito é que não vai gostar muito (*Riso.*)

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Por isso é que eu estou falando o seguinte: está garantido que... a aprovação de ontem é que esse requerimento também não vai ser apreciado. Não vai ser apreciado. Esse requerimento aqui do Deputado Fernando Francischini também não deve ser apreciado.

Então, a possibilidade de acordo é: vamos apreciar os dois requerimentos? Aí podemos chegar a um acordo.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Só tem um requerimento. Só tem o do Deputado Fernando Francischini. O outro não existe.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Sim, mas há o acordo de não se votar novos requerimentos, não é isso? No início da reunião. Acabou!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado Nilto Tatto, eu tenho só que consertar um fato aqui. Esse requerimento do Deputado Fernando Francischini foi apresentado ontem. Ele foi protocolado ontem.

Nós combinamos que hoje seria o último dia de requerimentos. Isso por causa de uma sugestão do Deputado Chico Lopes feita aqui no começo da reunião. Temos que ser justo no prazo.

Agora, eu entendo a posição do Deputado Nilto Tatto. Eu acho que V.Exas. têm que decidir. Não cabe ao Presidente decidir a não convocação do Prefeito Fernando Haddad, porque já foi aprovado um requerimento.

Então, nós estamos com esse tema, e eu acho que o primeiro tema que nós temos é: nós vamos ouvir os representantes dele hoje aqui ou não? É isso que eu quero colocar na pauta.

Então vamos fazer uma votação simbólica, para ganhar tempo, sobre se ouvimos ou não os representantes do Prefeito Fernando Haddad.



O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Bem, vamos ser práticos. O Prefeito Fernando Haddad vem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Até ontem ele tinha confirmado.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - O Prefeito Fernando Haddad vem, por respeito ao seu requerimento, mas nenhum requerimento mais é votado agora, porque o seu já foi anterior, etc. Mas esse requerimento aqui de vaca, de não sei mais o que não entra mais, porque os 20 dias foram para resolver o problema do relatório. Não tinha essa história de entrar requerimento porque o meu sub-relatório eu entreguei a tempo, o nosso Relator teve que representar o Congresso Nacional lá fora, o que nós respeitamos. Não é um relatório com muita substância, com muita ideia. V.Exa. convoca agora.... Não precisa convocar, porque já se aprovou. Esperamos o Prefeito Fernando Haddad vir e não se discute mais nenhum requerimento. Pronto!

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Mas o requerimento que está aqui apresentado, sim. Os que já estão apresentados têm que se apreciados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Mas tem um que está na pauta de hoje, a gente precisa... Está na pauta desde ontem, Deputado Chico Lopes, eu não posso...

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Mas só foi renovado ontem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Só posso tirar de ofício se o autor concordar.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Então vamos para o embate político. Perdeu, perdeu. Ganhou, ganhou. Então vamos para o embate político.

O SR. DEPUTADO DANIEL COELHO - Só vamos deliberar o que já está pronto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Então vamos fazer a primeira deliberação.

O SR. DEPUTADO DANIEL COELHO - É. Deliberar. Eu queria até fazer uma proposta aqui. Em relação ao Prefeito Fernando Haddad, eu acho que pode haver a concordância — os representantes dele estão aqui, está aqui o Deputado Nilto Tatto — de fazermos um convite ao Prefeito, o Prefeito vir e acabarmos com o impasse.



Eu acho que isso não é uma coisa para constranger o Prefeito, mas para buscar uma solução junto com ele.

Então, podemos combinar aqui de fazer o convite. Eu acho que, se for uma coisa ponderada, com o compromisso do Deputado Nilto Tatto — eu tenho completa confiança na palavra dele...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Mas eu conheço o Deputado Nilto Tatto e o Deputado Goulart. Eu sei que, se eles combinarem, o Prefeito vem.

O SR. DEPUTADO DANIEL COELHO - Isso. Ele vem. Exatamente. Nós confiamos na palavra dos Deputados. Eu acho que com o convite sairíamos desse impasse e iríamos deliberar no voto o requerimento do Deputado Fernando Francischini, como deve ser quando não há acordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Tudo bem para todos os Deputados?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - É, V.Exas. o convidam e dão uma data para a CPI.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - Mas não vai, de última hora, cancelar e mandar representante não, não é?

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Mas aí a convocação seria transformada em convite?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Não tem como, Deputado. É mais um acordo de cavalheiros aqui.

Vamos fazer assim: até semana que vem o Deputado Nilto Tatto e o Deputado Goulart vão conversar com a Presidência e vão marcar uma data para o Prefeito de São Paulo comparecer à CPI. Aí não precisamos fazer convocação coercitiva, não precisamos fazer nada disso.

Então vamos ouvir os representantes. Antes, porém, há sobre a Mesa o seguinte requerimento:

“Requeiro a V.Exa., com base no art. 117, inciso VI, do art. 101, inciso I, alínea ‘a’, item I, do Regimento Interno, a retirada de pauta do Requerimento 121/15.

Sala das Reuniões, 03/12/2015.



Deputado Nilto Tatto.”

Com a palavra, para encaminhar, o autor do requerimento, Deputado Nilto Tatto.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente, nós retiramos, então, a questão do convite para a convocação do Prefeito. Já que não houve acordo para a votação do requerimento...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Fizemos uma acordo de tramitação.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO -... do Deputado Fernando Francischini, nós também não aceitamos o acordo. Está mantida a convocação. Fica a nossa palavra aqui e a mudança só no voto, Presidente.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Fizemos acordo de tramitação, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Sr. Presidente, eu tinha encaminhado o requerimento antes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Antes?

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deixa o Deputado Nilto Tatto falar, Deputado Valdir Colatto.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Eu não tenho oportunidade nem de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Ele tinha apresentado o requerimento antes do acordo feito.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Meu Deus do Céu...

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Não, não, Deputado Valdir Colatto. Então eu retiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - A pedido do Deputado Nilto Tatto, retirado o requerimento. Continua o acordo, Deputado Fernando Francischini.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Está de pé o acordo, Presidente.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente, eu tenho uma audiência com o Ministro Fachin, Infelizmente, não posso ficar aqui, tenho que sair.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Requerimento nº 121, do Sr. Fernando Francischini: que requei que esta Comissão Parlamentar de Inquérito convoque os Srs. João Pedro Stédile, Presidente do Movimento Sem-Terra; Charles Trocate, Coordenador do Movimento Sem-Terra em Marabá; Oscar Boller, Administrador da Agropecuária Santa Bárbara; e o Delegado da Delegacia de Conflitos Agrários de Marabá, Dr. Alexandre Silva, para prestarem esclarecimentos sobre a invasão da Fazenda Cedro, no Município de Marabá, onde diversas vacas matrizes, que inclusive estavam prenhas, além dos maus-tratos, foram mortas pelos invasores”.

Para encaminhar a matéria, concedo a palavra ao Deputado Fernando Francischini, autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sr. Presidente, eu queria, juntamente com a apresentação deste requerimento, apresentar algumas imagens e vídeos dessa invasão ocorrida na Fazenda Cedro, em Marabá, no Pará.

Eu queria destacar que muitos foram executados com tiros de calibre 12 nas cabeças.

(Segue-se exibição de imagens.)

Não era gado de corte, eram vacas matrizes, como eles chamam, para reprodução. Da maioria não foi levada a carne, embora pudessem dizer que simplesmente eram pessoas esfomeadas tentando se alimentar. De muitas foram tiradas só as partes nobres. Outras ficaram executadas no chão. Outras, o que é pior, como vou mostrar no final, foram alvejadas com tiros de calibre 12 e abandonadas vivas nas imediações.

Então, são crimes gravíssimos de maus-tratos contra animais. Eu que acompanho há muitos anos essa questão de invasões nunca vi uma barbárie tão forte assim, com imagens que nos deixam estupefatos.

Olhe esta, Presidente: pedaços de vacas matrizes, todas com tiro de 12. Pode continuar. Só a parte nobre; esta inteirinha ainda. Quer dizer, não levaram nem toda a carne dela. Tiraram as partes nobres das vacas e deixaram-nas baleadas pela fazenda inteira. Pode continuar. Esta também é a mesma coisa. Não levaram nem o que tinha para ser levado.



O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - Mas não é só terra não. O MST só quer terra nobre também.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Também tiraram só pedaços das vacas.

Pode continuar. Eu quero chegar num vídeo. Pode ir seguindo. Todos os bezerros que estavam na ação. Acho que deve ser o último vídeo. Esta é uma vaca viva. Volta mais uma só. São duas que sobreviveram à ação, que fugiram. Esta está com um tiro de 12 no pescoço. Mais uma para frente. Esta, no focinho. Levou um tiro no focinho, de calibre 12. Mais uma. Também só pedaços. Esta aí também é um caso executado: tiro no pescoço, de calibre 12. Não levaram nada dela, nem um pedaço. Então, não há que se dizer que eram pessoas esfomeadas, matando só... Há a questão também dos maus tratos meio como uma prática.

Eu quero ver este vídeo para mostrar o sofrimento — é uma imagem forte — de uma das que sobraram, ainda com tiros de 12 na cabeça.

(Exibição de vídeo.)

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Então, este requerimento, por mais que pareça ideológico, por mais que pareça político, é uma prática que tem acontecido em todo o Brasil, não só nessa fazenda. Poucas vezes nós tivemos imagens tão gritantes, mas chegou a hora de ouvirmos pessoas que têm poder de influência e liderança. Não adianta continuarmos a ouvir o coitado do executor dos maus tratos lá na ponta, mas quem muitas vezes dá respaldo para que isso aconteça.

Não dá mais para assistir ao MST cometer crimes, barbáries, como assistimos. E esse é um crime gravíssimo de maus tratos contra animais, sem falar do restante que é cometido — aqui estou focado nos maus tratos — e trazer somente o coordenador.

Eu coloquei a convocação para, além do coordenador do movimento dos sem-terra, o administrador da fazenda, porque eu tenho certeza de que quem também defende o MST nesta Casa quer ouvir o administrador para fazer o contraponto. Então, não deixei de convocar o outro lado da moeda para que possa ser ouvido. Coloquei o Delegado-Chefe da Delegacia de Conflitos Agrários de Marabá, Dr. Alexandre Silva, com quem mantivemos contatos para confirmar a



autenticidade do que aconteceu e das fotos que nos foram confirmadas por sua equipe. E coloquei o Sr. João Pedro Stédile, o Líder Nacional do MST, justamente porque não adianta a gente continuar ouvindo quem não tem poder de mando, de comando sobre o que eles têm feito em todo País, para que a gente possa, de uma maneira firme, mas de uma maneira respeitosa, ouvir a sua posição sobre o que aconteceu nessa fazenda e o que acontece no Brasil inteiro.

Seria isso, Sr. Presidente. Queria tirar o caráter ideológico. E fica o meu compromisso de uma relação respeitosa, mas firme, que possa ser feita com a aprovação deste requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Em discussão o requerimento.
(*Pausa.*)

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente, eu queria subscrever este requerimento, já que eu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Requerimento subscrito pelo Deputado Valdir Colatto.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - E defender aí o relatório do Francischini, porque não é misturar, não, mas maus tratos para mim é isso aí. Um policial que estava aqui e deu dois tiros num cavalo foi trazido para cá. Isso aí, se não for maus tratos de animais, não sei mais o que é.

Por isso, peço que se vote, que se traga esse pessoal aqui para esclarecer. Isso está se multiplicando no Brasil inteiro, e não é possível que nós não enxerguemos isso. Se nós estamos trabalhando aqui com a questão dos maus tratos, aí está a prova de que nós precisamos buscar uma solução para isso, para que não aconteçam mais atos como esses, que são uma barbárie para os animais.

O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO - Sr. Presidente, eu também quero subscrever, com o Deputado Francischini.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado Laudivio Carvalho subscrevendo o requerimento.

O SR. DEPUTADO GOULART - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado Goulart, com a palavra.



O SR. DEPUTADO GOULART - Quero ponderar com o Deputado Francischini. Eu acho que as imagens são muitos fortes. Uma vez que o próprio Deputado falou em afastar a questão ideológica e política do requerimento, que tragamos aqui os verdadeiros assassinos, porque isso aí é um caso extremamente grave. Que o João Pedro Stédile, se vier... Eu acredito que ele não estava lá na invasão. Poderíamos chamar aqui o Delegado, o encarregado da fazenda, os marginais que fizeram essa invasão e que cometeram esse crime gravíssimo. E, se possível, que já venha aqui a polícia, para esse que pessoal saia algemado daqui.

A mesma coisa eu digo a respeito do Haddad. O Haddad certamente vai punir exemplarmente quem está na ponta da fiscalização. Agora, o Pedro Stédile certamente não estava nessa invasão. Os responsáveis por ela têm que ser ouvidos. Se possível, que já venham algemados e voltem daqui algemados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado Nilto Tatto.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Também nessa linha.

As imagens são chocantes. Eu não vou questionar, mas aqui, tanto no material do requerimento, como nas imagens, elas não identificam claramente o MST, da forma como está colocado aqui, no requerimento. Então, nós pressupomos que, de fato, pode ser o MST.

Mas a CPI vem trabalhando, até então, sem essas nuances ideológicas, com muita coisa acordada, para apurar e aprimorar a legislação sobre maus tratos de animais. O que está acontecendo agora, neste final — e aí precisamos ter o carinho e o cuidado de não colocar todo o trabalho desses meses todos jogado fora —, é uma articulação muito pesada para politizar e trazer outras questões para dentro da CPI. A indicação do nome do João Pedro Stédile, como convocado para cá, é o significado máximo deste momento da CPI, a qual não queremos que termine desse jeito.

Estou falando isso porque já houve toda uma discussão do que deve aparecer e do que não deve aparecer no final do relatório e que vai atrapalhar o bom andamento e as boas ideias que surgiram aqui, dentro desta CPI. Então, colocar o nome do Stédile aqui dentro, sabendo que ele é o Coordenador Nacional do Movimento... Para quem sabe como acontece a luta pela terra no Brasil, como são organizados os movimentos no Brasil para ocupar a terra, pela necessidade de terra,



o Coordenador não tem a mínima condição de saber o que aconteceu lá, naquele momento, e trazer informações necessárias para cá. Então, não vai contribuir para a CPI, Francischini. Não vai contribuir.

Então, por mais que se fale assim: "*Precisamos trazer gente que esteja no comando.*" É a mesma história, Francischini. É a mesma história que o Deputado Goulart contou aqui, com relação à Prefeitura de São Paulo. Nós temos a oportunidade hoje aqui... Nós vamos ouvir os técnicos lá de São Paulo que vão contribuir com a CPI, vão trazer informações tanto das dificuldades que têm para poder cuidar, para que não haja maus tratos na comercialização de animais na feira, como também das políticas que estão sendo adotadas pela Prefeitura. Agora, trazer o João Pedro Stédile aqui para explicar a invasão de uma fazenda, dentro da CPI de Maus Tratos dos Animais, aí nós estamos exagerando e colocando em risco o trabalho desse tempo todo nesta CPI.

Então, eu pediria, inclusive ao proponente, rever esse requerimento para a gente não colocar em risco o próprio andamento da CPI. Foi esse o espírito que a gente veio trabalhando durante esse tempo todo, nesta CPI e que tem tido resultado.

Para quem já viu, eu estou falando isso porque fui Sub-Relator de uma parte da CPI que vai trazer coisas importantes ao relatório para ajudar nas políticas públicas, no meu caso específico, para animais silvestres. Então, eu peço que tenhamos o carinho aqui de cuidar e zelar do que vimos fazendo até este momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado Chico Lopes. Depois, Deputado Bolsonaro.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Desde o começo desta CPI, nós procuramos evitar a ideologização. Por exemplo, a Frente Ruralista, aqui presente, fez uma série de pedidos em contraposição também, e nós chegamos a um bom acordo, como o de verificar certos abatedouros na questão dos abates dos animais. Só não o fizemos porque fomos levando a CPI para um consenso em relação ao animal. Há várias leis que vão ser colocadas para a proteção do animal. O mesmo policial me convenceu, pelas imagens, que ele tinha que sacrificar aquele animal. E nós chegamos a acordo.

Acho que trazer o Stédile aqui vai atrair até a imprensa e muita gente, porque ele é uma liderança. Mas eu acho que quem fez aquilo já deveria estar preso. E se



não estiver preso, vamos dar um jeito de prendê-lo, vamos trazer o cara da fazenda, que deve conhecer o autor, vamos trazer o delegado. Mas o Stédile é uma figura nacional, etc. e tal.

Mas vejam tudo que aconteceu em 8 mil quilômetros quadrados. A questão de terra não é nova, é antiga num país deste tamanho, que não consegue fazer reforma agrária e tem uma instituição como o INCRA, que funciona, mas muito mal.

Então, o apelo do Deputado Nilto Tatto é o mesmo que faço ao Deputado Fernando Francischini. Acho que nós devemos tomar providências com profundidade. São fortes essas imagens. Fazer um negócio desses é um desrespeito inclusive às pessoas que passam fome.

Mas o que vai dar ibope é o Stédile. E aí, talvez a discussão tire o brilho desta CPI, da qual eu me sinto honrado em participar. Mas, se entrarem nessa história, assim como eu sei querer, gostar e amar, eu sei também deixar de gostar, porque não vejo motivo para tal.

A direita está ganhando muito terreno com esse tipo de iniciativa que às vezes tira o brilho da discussão política. E isso está deixando todos nós, Deputados desta Casa e Senadores, com um índice de popularidade muito baixo lá fora, porque acham que todos nós estamos envolvidos em coisas erradas. Mas nós não estamos envolvidos. Se houver aqui 10% ou 15% de Deputados que não honram a Casa, eu acho até que é muito.

Ser de direita ou de esquerda faz parte da política. Nós não temos que ser inimigos porque temos divergências. Agora, sobre essa questão do Stédile, é muito mais forte a presença dele aqui para dar ibope, para dizer que nós somos invasores, que nós somos não sei o quê.

Todos nós que somos de esquerda ou qualquer coisa que não seja de esquerda sindicalista queremos a solução da terra. O regime militar fez o Estatuto da Terra muito mais forte do que ele está sendo agora. E vejam que foi o regime militar, odiado pelos segmentos.

Portanto, Deputado Fernando Francischini, com a lhaneza de V.Exa. e com o equilíbrio que tem demonstrado até agora, junto com o Relator, eu gostaria de ver como se fará a mediação dessa questão, porque os fatos são fortes. Não dá para esconder essa história. E nós sabemos que o lugar onde há mais conflitos no Brasil



é Marabá — tanto é que ela é chamada de “Marabala” por brincadeira. Eu conheço a região, a minha esposa é de lá e todo ano eu vou para lá para a praia, quando o rio seca. Lá existem as riquezas da PETROBRAS, de Tucuruí.

Só para dar uma ideia, Sr. Presidente, V.Exa. sabe qual é a maior distância da sede de Marabá à fronteira de outro Município? São 300 quilômetros. Talvez Marabá seja maior do que um bocado de Capitais de Estados. A cidade tem uma riqueza fabulosa e um povo trabalhador.

Portanto, V.Exa., que é a maior liderança aqui, poderia fazer um apelo para trazerem aqui os responsáveis. Mas não se pode querer trazer uma figura conhecida em âmbito nacional, que não tem o controle de uma ação dessas. Um cabra safado desses não pode ser do MST! Não é do MST. O MST é politizado. Aí é barbárie! Esse caso merece prisão e merece indenização! Concordo.

Aí eu esqueço que alguém aqui é da Frente Ruralista e digo que ele tem razão. Só porque ele é da Frente Ruralista não pode ter razão? E do lado de cá todo mundo é santo? Não. Nesse caso, qualquer pessoa de bom senso tem razão. Agora, eu acho que não se deve trazer uma pessoa que lidera um movimento responsável por 8 mil quilômetros quadrados de terra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Se eu entendi, o Deputado Chico Lopes está fazendo uma proposta, Deputado Fernando Francischini, para aprovarmos o requerimento sem o Stédile.

Como V.Exa. é autor do requerimento, eu queria saber se concorda.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sr. Presidente, esse é um crime que vem se repetindo Brasil afora. Eu posso trazer a enorme repercussão que essas fotos e esses vídeos provocaram nas redes sociais nos últimos dias. Há, no mínimo, mais 20 ou 30 fazendas onde aconteceu a mesma coisa e que eu poderia apresentar.

O grande debate não é criminalizar pessoas que detêm o comando, mas entender como está sendo feito o controle, como estão controlando o MST, para que isso não continue se repetindo. Vamos prender o coordenador local ou quem foi lá fazer a execução, se foi ou não do grupo que estava acampado. Seja quem for tem que estar preso. É uma barbárie o que foi feito lá.



Por outro lado, nós não podemos deixar de agir como uma CPI que vai buscar soluções definitivas para a área dos maus-tratos. E se trouxermos só o coitadinho lá da ponta de novo, não vai acontecer nada: nós vamos ser uma CPI que estará assando uma pizza na questão da barbárie e no campo dos maus-tratos dos animais.

Então, por mais que eu perca esse requerimento hoje, eu o apresentei porque acredito que nós podemos nos unir em questões como essa, que suplantam ideologias. Quantas vezes nós vamos votar nos próximos meses, cortando na própria carne em ambos os lados? E tenho certeza de que vários aqui vão votar juntos.

Mas, nesse caso, não dá para abrir mão do requerimento de convocação do Sr. Stédile, porque ele tem que vir aqui para mostrar qual é o controle que ele tem sobre essas pontas do MST, sobre o que está acontecendo nas fazendas no Brasil afora.

Se eu colocar algumas fotos aqui de Sobradinho que recebi ontem, do lado de uma invasão, é a mesma coisa: retiram algumas partes nobres dos animais; executam animais com tiros na cabeça; alguns animais que sobrevivem fogem e vão morrer dias depois.

Portanto, não se trata de criminalizar uma liderança, mas, sim, de trazer e cobrar a resposta de alguém que tem poder de decisão. Dessa forma, independentemente de ganhar ou perder esse requerimento, eu tenho que manter a minha coerência. E a minha coerência é manter o Sr. João Pedro Stédile no requerimento de convocação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado Eduardo Bolsonaro, eu cometi um erro: o Deputado Daniel Coelho é membro e eu preciso passar primeiro a palavra a ele.

O SR. DEPUTADO DANIEL COELHO - Não, Sr. Presidente, V.Exa. pode passar a palavra para o Deputado Eduardo Bolsonaro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Então, com a palavra o Deputado Eduardo Bolsonaro.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - Sr. Presidente, eu agradeço a gentileza do Deputado Daniel Coelho.



Gostaria de parabenizar o Deputado Fernando Francischini por ter mantido de fato esse requerimento. Como foi muito bem dito aqui, houve fatos reiterados, não foi a primeira vez. E esta CPI tem que cuidar dos fatos notórios.

Então, nada mais justo do que trazer o líder, para perguntarmos a ele se essa prática de maltratar os animais, de executar vacas, inclusive muitas delas prenhas — pudemos ver fetos nas imagens —, é uma prática de fato adotada pelo MST. Não há constrangimento nenhum. Ele não vai vir aqui algemado, etc. E vai ser uma excelente oportunidade de ele se explicar.

Agora, nós temos que ter responsabilidade. Falar que o Brasil é grande e que não há controle sobre esses atos? Então, pede para sair, porque qualquer...

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - É para mim essa afirmação?

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - Não, não é para V.Exa. sair não, Deputado Chico Lopes. É para ele sair. Ele fala que o Brasil é muito grande e que não pode tomar conta, porque fazendas são invadidas no interior do Estado, que é muito grande, etc. e tal. Então, ele que peça para sair. Se ele não tem responsabilidade e não honra as calças que veste, então, peça para sair.

Inclusive, o MST não tem sequer CNPJ. Eu acho isso muito estranho até e acho que seria conveniente uma CPI para investigar de onde é que vem tanto dinheiro para eles se articularem.

Finalizando, Sr. Presidente, como eu disse aqui, não há constrangimento nenhum. Se o Stédile vai trazer aqui a imprensa, a mídia, meus parabéns a ele, porque é uma pessoa notória. Agora, será dada a ele uma excelente oportunidade de dizer se essas práticas realmente são do MST e se elas fazem parte de um cronograma adotado por eles.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Está encerrada a discussão.

Em votação o Requerimento nº 121, de 2015, do Deputado Fernando Francischini.

Os Parlamentares que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento, com três votos em...

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Peço verificação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Vamos à verificação, a pedido do Deputado Nilto Tatto.



O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo ao Deputado Nilto Tatto, para que retirasse a verificação nominal, porque nós vamos encobrir um crime gravíssimo, talvez o de maior repercussão da história dos maus-tratos aos animais na CPI.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Eu volto a falar: eu não retiro, eu não retiro.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Eu não queria aqui um pedido de verificação. Eu queria só aguardar...

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Eu não retiro, eu não retiro.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Deputado, deixe-me terminar.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Eu não retiro, eu não retiro.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Deixe-me terminar, Deputado.

Sr. Presidente, eu queria que V.Exa. garantisse a minha palavra.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Eu não retiro porque quero zelar pelos resultados da CPI.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sr. Presidente, garanta a minha palavra.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Está protegendo o Stédile? É isso?

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sr. Presidente, gostaria que V.Exa. garantisse a minha palavra. Depois, ele fala.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Vamos para a votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado Fernando Francischini...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sr. Presidente, peço que garanta a minha palavra. Eu estou com a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Está iniciada a votação.

Tem a palavra o Deputado Fernando Francischini.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Eu queria pedir ao Deputado Nilto Tatto o seguinte: se ele se diz um defensor dos animais, que retire o pedido de verificação.



Nós estaremos protegendo bandidos no campo, que executaram animais prenhes com tiros de calibre 12. Uma pessoa respeitada como o Deputado Nilto Tatto não pode deixar uma marca dessas, por estar protegendo bandidos que podem estar fazendo novas invasões.

Sr. Presidente, eu gostaria que V.Exa. consultasse oficialmente o Deputado Nilto Tatto, para ver se ele retira o pedido. Tenho certeza de que todos os protetores de animais do Brasil inteiro, inclusive de São Paulo, estão assistindo ao Deputado Nilto Tatto. E aonde ele for no Brasil a partir de hoje, ele vai ser cobrado pelas pessoas de bem que protegem os animais, principalmente de São Paulo, por ter pedido essa verificação nominal e usado de expediente regimental para proteger bandidos ligados ao MST, que muitas vezes têm cobertura de órgãos do Governo para que esse tipo de crime seja levado para debaixo do tapete. É sujeira indo para debaixo do tapete, Sr. Presidente.

O Deputado Nilto Tatto é alguém que tem um trabalho nessa área. Eu tenho certeza de que S.Exa. pode retirar esse pedido de verificação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Deputado Nilto Tatto, que foi citado.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Não dá para retirar o pedido de verificação, porque a intenção de trazer o João Pedro Stédile joga na lata do lixo os resultados da Comissão, atrai para cá uma discussão ideológica que não tem fundamento.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Vamos votar, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Então, vamos votar.

Se o Deputado Fernando Francischini estava preocupado com a CPI e preocupado com o caso específico lá, foi proposto aqui um acordo de trazer as pessoas responsáveis de lá.

Portanto, o Deputado Fernando Francischini demonstrou que não está interessado no caso específico, que está interessado em trazer uma discussão político-ideológica para dentro da Comissão, colocando em risco os resultados desta CPI.

Eu não posso aceitar isso e espero que os colegas também não aceitem.



O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente, peço o painel para votação.

Portanto, vai ficar bem claro quem é a favor ou contra essa barbárie que vimos aqui. Isso vai ficar claro no voto aberto, porque todo mundo vai saber como vamos votar, quem está contra ou a favor do que está acontecendo aí, quem aprova e quem não aprova. Isso vai ficar claro. E é bom que o Brasil saiba disso.

(Pausa prolongada.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - Eu concedo a palavra ao Deputado Nilto Tatto, para fazer a orientação em nome do Partido dos Trabalhadores.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - O Partido dos Trabalhadores está em obstrução.

(Pausa prolongada.)

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Sr. Presidente, eu acho que os Deputados presentes já votaram. Eu queria pedir para se encerrar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - Srs. Deputados, vamos dar o tempo de 10 minutos para encerrarmos a votação.

(Não identificado) - Já se passaram 10 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - Não, eu estou dizendo a partir de agora. Vamos dar um tempo para encerramos a votação.

Nós disparamos o cronômetro ali e marcamos 10 minutos, para que os dois lados possam trazer os seus representantes e possam se manifestar.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Já houve tempo suficiente, Sr. Presidente, para os Deputados virem aqui e votar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - A decisão está tomada. Vamos disparar o cronômetro por 10 minutos, por favor.

(Pausa prolongada.)

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Acabou o tempo da votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Acabou o tempo?



O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Já se passaram 10 minutos a partir do momento em que eu tinha pedido para se encerrar a votação.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu não estava aqui. Eu não estou sabendo de tempo.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Não, Sr. Presidente, foi a Secretaria.

(Não identificado) - Há um tempo regimental, Sr. Presidente?

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Fale, Deputado.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Eu perguntei ao Presidente substituto qual era o tempo. Aí nós acordamos — foi feito no plenário, é só olhar a gravação para comprovar — o tempo de 10 minutos. Mas já se passaram os 10 minutos marcados no cronômetro.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sr. Presidente, não havia ninguém aqui no plenário. A minha questão regimental...

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Eu sou Deputado Federal eleito pelo PT de São Paulo.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Só que V.Exa. não está sozinho aqui, Deputado Nilto Tatto.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Eu estou falando do Presidente. Tanto é que eu perguntei ao Presidente.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sr. Presidente, eu estou fazendo uma questão de ordem. E novamente o Deputado Nilto Tatto não nos deixa nem falar.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Mas o tempo está passando. Já se acabou o tempo que foi pedido.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sr. Presidente, eu gostaria de formular a minha questão de ordem.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu consultei aqui. Realmente foram dados 10 minutos para a votação.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pode fazer a questão de ordem.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sr. Presidente, o Regimento Interno da Câmara garante a V.Exa., como Presidente que reassumiu a Presidência, que reveja atos — e V.Exa. é o Presidente da Comissão.

Esse é um fato de extrema importância para a CPI dos Maus-tratos de Animais. Quem é protetor dos animais...

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Sr. Presidente, ele está protelando o tempo. Não é esse o caso.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sr. Presidente, de novo! O Deputado Nilto Tatto é o dono da CPI, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Nós temos...

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Sr. Presidente, não é esse o caso, porque foi acordado.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Há uma questão de ordem em andamento, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Acabamos de aprovar um tempo. O Presidente, que tem a prerrogativa, perguntou o Plenário — já havia passado um tempo — sobre um novo tempo. E foi combinado.

Então, Sr. Presidente, V.Exa. tem a prerrogativa. Mas também vamos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu não estava aqui. Mas, se foi combinado o tempo de 10 minutos, nós vamos seguir os 10 minutos combinados.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sr. Presidente, eu quero que V.Exa. restitua o meu tempo da questão de ordem, porque o Deputado Nilto Tatto interrompeu o meu direito parlamentar de me pronunciar.

Portanto, gostaria que V.Exa., então, restabelecesse o meu direito parlamentar de fazer uma questão de ordem para sua avaliação, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Está bem. Eu vou restabelecer o tempo de V.Exa. e vou ouvir a questão de ordem.

Mas o tempo está encerrado, porque foi acordado aqui. Não fui eu que acordei, mas tenho que seguir as determinações do acordo.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sr. Presidente, permita-me fazer a questão de ordem antes de V.Exa. encerrar, então.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - V.Exa. tem 3 minutos para fazer sua questão de ordem.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sr. Presidente, eu gostaria que V.Exa. reavaliasse essa questão de acordo feito só com o Deputado Nilto Tatto em plenário. Nós reconhecemos a importância de um Deputado Federal, mas as decisões são colegiadas numa CPI — V.Exa. mesmo ressaltou que as decisões são colegiadas. Não adianta espernear, querer ganhar no grito.

Os protetores dos animais do Brasil inteiro vão enxergar como esta CPI usou as formalidades e brechas do Regimento para varrer a sujeira para debaixo do tapete.

Quando o Deputado Nilto Tatto for frequentar novamente uma reunião de protetores dos animais depois do que fez aqui, eu quero estar junto, para assistir e fazer um filme para postar na Internet, porque é uma vergonha isto a que estamos assistindo aqui hoje.

Quem assistiu ao vídeo de vacas em reprodução exterminadas com tiros de calibre 12 na cabeça, em que algumas que sobreviveram ao massacre e aos maus-tratos agonizavam à frente das câmeras, sabe que uma ação regimental como essa tem o simples intuito de proteger o MST.

O PT novamente mostra que é um partido totalmente ideológico, que suplanta o crime para proteger os seus companheiros, que vem e faz ações regimentais. Mas não adianta espernear, porque nós temos o direito de falar.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente, já se encerrou a votação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Sim, a votação está encerrada.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Por quê? Ninguém...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Foi combinado o tempo de 10 minutos.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Estou fazendo minha questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu falei que está encerrada a votação.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sr. Presidente, eu não fiz a questão de ordem ainda.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - V.Exa. quer mandar aqui, e é um só. O PT quer mandar no Brasil, mas não manda no Brasil, não manda em casa, não manda em nada. E quer mandar aqui nesta CPI. (*Palmas.*)

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sr. Presidente, eu queria...

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - V.Exa. teria que ter anunciado o final da votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu falei que estava encerrada a votação.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Não. Eu estava aqui e não escutei isso! Então, V.Exa. falou muito baixinho e eu não pude ouvir. Aliás, V.Exa. é um *gentleman* e fala tão baixinho! É bom falar mais alto para que se consiga ouvi-lo.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Eu vou encerrar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Continua com a palavra o Deputado Francischini.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Eu peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - A vergonha é assistir, infelizmente, à dominação ideológica que o PT faz em relação a esses movimentos chamados sociais, pagos com dinheiro público nosso, do recolhimento dos nossos impostos.

Isso mostra que a grande maioria dos membros da CPI são protetores dos animais, mas que alguns vieram aqui para fazer a defesa ideológica de um governo



que protege o MST, que comete crimes e barbáries — esse é só um exemplo dos maus-tratos.

O que mais nos deixa indignados é que muitos ocupantes de cargos de confiança espalhados pelo Brasil ainda dão respaldo para esse tipo de gente, ainda dão apoio para que essas barbáries continuem e acham bonito isso.

E nós da população brasileira de bem e que pagamos nossos impostos, temos que assistir a isto: assistir à barbárie, assistir à proteção de um governo a um movimento que se diz social e recebe dinheiro público.

E o nosso ouvido tem que ser qual um penico, Deputado Eduardo Bolsonaro, por escutar tanta besteira.

Hoje, infelizmente, vai terminar de forma melancólica a deliberação desse requerimento, deixando sujas de sangue as mãos de quem votou contrariamente a ele e regimentalmente escondeu bandidos que exterminaram e fizeram sofrer vários animais.

Para que instalar uma CPI dos Maus-Tratos de Animais se o PT manda pessoas aqui para fazer a defesa de bandidos que cometem maus-tratos, Sr. Presidente? (*Palmas.*)

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Antes de passar a palavra a V.Exa., Deputado Valdir Colatto, quero esclarecer que o que eu falei — isto está registrado nas notas taquigráficas — é o seguinte: se o Deputado Laudívio Carvalho, que estava na Presidência, combinou o tempo de 10 minutos, e esse tempo já acabou, está encerrada a votação.

Concedo a palavra ao Deputado Valdir Colatto.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente, eu sempre digo uma frase que é emblemática: “*Democracia é a ditadura da maioria*”. Na verdade, infelizmente, aqui nesta Comissão, como em todo o Brasil, a ditadura é da minoria. Um Deputado faz encerrar a votação, não aceita uma prova tão contundente como a que o Deputado Fernando Francischini trouxe aqui.

Aliás, saindo daqui, eu fui falar com o Ministro Fachin e lhe entreguei uma cópia desse documento, Deputado Francischini. Ele se horrorizou com as fotografias



do que está acontecendo com o MST, que faz essas barbáries em todo o Brasil. E tem gente que defende isso!

Então, o direito de propriedade no Brasil hoje está sendo jogado na lata de lixo. E há muita coisa por trás disso, uma questão ideológica, contrária ao direito de propriedade privada e a favor da estatização de todas as terras brasileiras, para que depois se possa mudar o regime para o socialismo, o comunismo, etc. Esse sistema não deu certo em lugar nenhum do mundo, mas querem implantá-lo no Brasil.

Acho que está na hora de abrir os olhos. Está aí o povo brasileiro, renegando a administração do Governo atual, pedindo o *impeachment* da Presidente. Isso não é por acaso! Eu acho que muito mais problemático que a Presidente é o PT, que não deixa a Presidente governar e o Brasil andar!

Em todo lugar nós temos alguém do PT travando processos, agindo contra tudo, contra todos. Onde quer que seja, o PT está lá — membros do PT, porque eu até acho que a instituição PT não tem problema, mas algumas pessoas do partido não olham o Brasil como um país democrático, um país que tem que se desenvolver, gerar impostos, criar empregos.

E quem está trabalhando? Falam tanto da agricultura, brigam tanto por causa dela, mas a agricultura gera 33% dos empregos no Brasil, segura o Brasil em pé, gera imposto! Essas pessoas que criticam não fazem nada, não produzem nada; elas apenas destroem o que está feito!

Vejam aí bancos genéticos de animais destruídos por vândalos, que não respeitam a lei, não respeitam a Constituição brasileira, não respeitam o regime democrático! Em que país nós estamos vivendo?

É por isso que o povo brasileiro quer mudar o Governo. Mas eu acho que, mais que a Presidente, infelizmente é o PT, com essa ideologia de 50 anos atrás, atrasada, desconectada da realidade brasileira, que está mantendo os processos.

Então, ficou bem caracterizado aqui quem é contra e quem é a favor dessas barbáries que acontecem. Agora, não venham falar em maus-tratos de animais depois do que eu vi aqui e do que o Deputado Francischini colocou. Não venham me falar que o atropelamento de um cachorro, de um gato, ou o sofrimento de um animal relacionado à sua alimentação são casos de maus-tratos. Maus-tratos é isso que mencionei, e só quem não quer ver defende essas questões.



E é assim em todo o Brasil. Eu já vi tantas coisas feitas por esses vândalos, bandidos do MST, que sequer se identificam, nem CNPJ têm. Eu estive em Abelardo Luz com um grupo que se dizia representante de um movimento e lhe disse: “*Então me dê o seu CNPJ, me diga quem você representa*”. Eles se escondem, se escondem atrás do anonimato, para não serem responsabilizados criminalmente. Essa é a questão.

Então, Sr. Presidente, infelizmente nós vamos deixar de ouvir aqui essas pessoas, mas existem outras Comissões. Nós vamos levar essa questão para a CPI da FUNAI e do INCRA, que está funcionando. Aí, nós vamos ver exatamente a verdade sobre esses fatos.

Parabenizo o Deputado Francischini por ter trazido à discussão desta Comissão Parlamentar de Inquérito esse assunto importante, para que o Brasil conheça e veja exatamente o que está acontecendo e que nós repudiamos veementemente.

Parabenizamos o Deputado Francischini por ter trazido essa discussão a esta CPI. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado Valdir Colatto, eu também acho que esse é um caso de maus-tratos, mas não veem a questão. Esta é a opinião do Presidente.

Com a palavra, pelo tempo da Liderança, o Deputado Nilto Tatto.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Presidente e colegas Deputados, eu queria primeiro dizer que nós só não aprovamos essa votação aqui porque o Deputado proponente tentou trazer para esta CPI uma questão política maior, como foi exposto na própria fala dos outros colegas ligados à bancada ruralista. Então, as imagens que nos chocaram valem a pena, em outra oportunidade, trazermos aqui para apurar o caso específico. Mas politizar e trazer para cá uma questão social grave no País, que nunca foi resolvida, não. A CPI Maus-Tratos de Animais não é o lugar para discutirmos a questão da reforma agrária, da forma como o Deputado Fernando Francischini queria trazer para cá. E aí é importante também esclarecermos algumas coisas ditas por dois Deputados que me antecederam.

Eu pergunto: quem é que mata mais animais neste País? Eu tenho dúvida se é o veneno jogado na agricultura ou se são os atropelamentos, inclusive.



O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - Quem é que mata mais a fome também?

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Então, a morte de colônias importantes de abelhas, e nós estamos tendo problemas sérios inclusive na própria agricultura, é por causa do uso intensivo de veneno. E é por certa ideologia que se aposta no uso de veneno. Próximo de Brasília, aqui no DF mesmo, no Parque das Emas, basta ver a quantidade de emas que entram nas plantações de soja, comem a lagarta, a borboleta que está envenenada, e morrem. Isso é comum. E a quantidade de peixes e de rios que estão sendo mortos pelo uso de venenos, da forma como está aí?

Então, esse tipo de postura tomada de querer trazer essa discussão para a CPI de Maus-tratos de Animais e pousar de bonzinho para falar que o MST é responsável pelos maus-tratos de animais é não reconhecer o mal que vocês estão fazendo para o País, para a agricultura do País, para a economia do País, na medida em que vocês estão produzindo alimentos com veneno que estão causando câncer nos humanos e matando muitos animais. Tudo isso pelo excesso de veneno que vocês vêm colocando nas plantações.

E vejam o mal que vocês vão fazer para a economia do País, porque o mundo inteiro já não aceita mais comprar tanto veneno como vem comprando dos agricultores brasileiros. E a agricultura brasileira tem um papel importante para a economia do País. Todo o mundo reconhece, mas vocês, por irresponsabilidade, também estão jogando o País no buraco! Vai chegar a hora em que o mercado europeu e o mercado americano não aceitarão mais comprar grãos do Brasil pela irresponsabilidade de vocês! Então, vocês deveriam pôr a mão na consciência e olhar mais para o País! E, para que o negócio de vocês tenha futuro, que também assumam a responsabilidade!

Vocês trouxeram a discussão nesta CPI para esse campo, que não é o campo adequado. E aqui neste campo também quero discutir com vocês. Vocês são irresponsáveis pela política que adotam! Vocês são irresponsáveis! Não é o MST que é irresponsável! São vocês, na medida em que adotam certas medidas e não têm critérios para aprovar aqui dentro leis que facilitem o uso de agrotóxico, que mata e maltrata mais animais que qualquer outra política, qualquer outra ação, seja



dos humanos, seja de outros animais! É só olharmos em cada canto deste País o que o veneno que vocês estão utilizando está causando nos animais.

Eu chamo a atenção inclusive das entidades que trabalham com isso, a fim de verificarem que, no campo, nas florestas, os animais estão diminuindo, ao serem envenenados com o excesso de veneno. E muito mais precisamos saber. Tanto é que, nos últimos 10 anos, triplicou o uso de veneno na agricultura brasileira, aumentando drasticamente o número de casos de câncer, como vemos por aí. Mas quem é que produz esse veneno? Esse veneno é produzido pelas empresas internacionais. Há um complô de certa parcela da bancada aqui no Congresso com a indústria internacional de veneno, para envenenar a agricultura brasileira e fazer com que a agricultura brasileira perca mercado internacional.

Então, eu chamo a atenção da sociedade brasileira para isso. Também chamo a atenção das próprias entidades ambientalistas em defesa dos animais, que também têm que se preocupar em ter um cuidado com o País, um cuidado com a nossa biodiversidade, com o nosso meio ambiente, para cuidar bem dos animais e das pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Ao se encerrar a votação, a sessão vai cair, porque não houve quórum. O requerimento volta na semana que vem. Nós iríamos encerrar a reunião, mas eu tenho um pedido de inscritos aqui.

Foi encerrada a votação e a sessão caiu, porque nós não alcançamos quórum, mas ainda vou conceder a palavra ao Deputado Capitão Augusto e, em seguida, ao Deputado Afonso Hamm e à Deputada Tereza Cristina.

O SR. DEPUTADO CAPITÃO AUGUSTO - Uma das minhas dúvidas era justamente essa, Sr. Presidente: se nós poderíamos, através do art. 114 do Regimento Interno da Câmara, reapresentar o requerimento, mas o requerimento sequer foi votado. Então, ele retorna na próxima sessão.

Temos tudo para aprovar esse requerimento, Deputado Francischini. Já passou da hora de trazermos o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, esse movimento que basicamente é composto por marginais, por bandidos que cometem crimes impunemente. Isso aí foi uma barbaridade.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Quem mata é a polícia de São Paulo e a Secretaria de Educação lá do Paraná.



O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - A Secretaria de Educação? *(Riso.)* Quem é que a Secretaria de Educação está matando?

O SR. DEPUTADO CAPITÃO AUGUSTO - Se nós formos entrar nesse mérito, podemos até falar, em termos partidários, quem é que mata mais neste Brasil. Não vou nem entrar nesse mérito, em respeito ao partido.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - O PCC não financia a gente, Deputado Tatto. O PCC não financia a gente. Lave a boca, porque o PCC não financia...

O SR. DEPUTADO CAPITÃO AUGUSTO - Não venha falar da Polícia Militar de São Paulo.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Nós vamos continuar num ritmo agradável ou vamos encerrar a sessão?

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - O PCC financia você e o seu irmão lá, daí vem falar da gente aqui?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Está encerrada a sessão.